

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.
Société Anonyme
(Anteriormente: Biotoscana Investments & Cy S.C.A.)
70 Route d'Esch, L-1470, Luxembourg

R.C.S. Luxembourg B 162.861

Tradução livre das demonstrações financeiras consolidadas emitidas originalmente em inglês, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, conforme mencionado na nota explicativa nº2. Em caso de divergências a versão em inglês prevalecerá.

Demonstrações financeiras consolidadas
para o período findo em 31 de dezembro de 2019

Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e do estatuto social, a administração da Biotoscana Investments S.A. ("Companhia", "GBT" ou "Grupo Biotoscana") submete aos seus acionistas o Relatório da Administração e nosso balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas as demonstrações financeira consolidadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, como também o relatório dos auditores independentes, relacionados ao ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as informações abaixo são fornecidas de acordo com nosso conhecimento no momento da assinatura desta carta, como também baseadas em informações recebidas de nossas controladas, auditores, consultores e fontes externas.

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Com início no terceiro trimestre de 2018, os valores divulgados são apresentados de acordo com o IAS 29 - "Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias" para nossas operações na Argentina. Esta Norma exige que as informações financeiras da entidade ou dos componentes cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, sejam reexpressas usando um índice de preços geral que reflita os câmbios no poder geral de recompra (Nota 2.1.1 das Demonstrações financeiras consolidadas).

No ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2019 obtivemos uma Receita líquida no valor de BRL 743 milhões contra BRL 821 milhões em 2018. A receita líquida representou uma queda em comparação ao 2018 influenciada substancialmente pela descontinuação dos negócios da Actelion.

O Lucro bruto atingiu BRL 345,4 milhões, a margem bruta atingiu 46,5%, e o EBITDA Ajustado¹ margem 16,7% no ano 2019.

¹ Neste documento, apresentamos algumas medidas não-GAAP, incluindo EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), EBITDA Ajustado, Lucros Operativos, Posição Financeira Líquida/Endividamento e Endividamento Financeiro.

Definimos "EBITDA" como os lucros operativos antes das despesas financeiras e impostos da renda ("EBIT") mais amortização e depreciação. "EBITDA Ajustado" é o EBITDA ajustado para quitar os efeitos contábeis e os custos associados a algumas rendas e despesas não recorrentes consideradas pela nossa administração como não recorrentes e excepcionais por sua natureza.

Utiliza indicadores similares para seu endividamento financeiro líquido, os seus componentes são descritos na seção correspondente nas notas.

Acreditamos que EBITDA é um indicador útil da nossa capacidade para incorrer e servir à nossa dívida e pode ajudar a alguns acionistas, investidores, analistas financeiros e outros interessados em avaliar a nossa empresa. Acreditamos que o EBITDA Ajustado é uma medida importante para avaliar nosso desempenho porque é ajustado para algumas mudanças que acreditamos não são indicativas do nosso desempenho operacional subjacente e assim pode ajudar no entendimento do EBITDA.

EBITDA e EBITDA Ajustado e outras medidas similares são utilizadas por diferentes companhias para diversos fins e geralmente são calculados de maneira de representar as condições dessas companhias. O leitor deverá ser cuidadoso ao comparar o EBITDA e o EBITDA Ajustado conforme apresentado por nossa companhia e o EBITDA e EBITDA Ajustado de outras companhias. As informações apresentadas para o EBITDA e o EBITDA Ajustado não foram auditadas nem preparadas conforme às IFRS ou quaisquer outras normas contábeis. Nem o EBITDA nem o EBITDA Ajustado são medidas de desempenho conforme às IFRS e os leitores não deveriam considerar nem o EBITDA nem o EBITDA Ajustado como uma alternativa ao lucro líquido ou ao lucro operacional determinado de acordo com as IFRS, conforme o caso, ou aos fluxos de caixa das operações, as atividades de investimento; EBITDA e EBITDA Ajustado têm limitações como ferramentas analíticas e não deveriam ser considerados de maneira isolada. Algumas dessas limitações são:

- Eles não representam nossas despesas de caixa ou requisitos futuros de despesas de capital ou compromissos contratuais;
- Eles não representam mudanças, ou requisitos de caixa para as nossas necessidades de capital de giro;
- Eles não representam as despesas significativas por interesses ou os requisitos de caixa necessários para quitar os interesses ou fazer os pagamentos do montante principal da nossa dívida;
- Embora depreciação e amortização sejam despesas não monetárias, os ativos que são depreciados ou amortizados geralmente necessitam ser substituídos no futuro e o EBITDA e o EBITDA Ajustado não refletem nenhum requisito de caixa que poderia ser necessário para essas substituições; e
- O fato de que outras companhias dentro da nossa indústria podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente à nossa, o que limita sua utilidade como medida comparativa.

As despesas operacionais (sem considerar a o valor recuperável sobre o ágio e considerando as despesas da mudança de controle) representam aproximadamente 35,9% de nossa receita líquida no exercício 2019.

Seguimos trabalhando em lançar e promover adequadamente nosso pipeline na região. Nós avançamos com os principais produtos de nosso pipeline em vários países, a exemplo de CRESEMBA® que já está aprovado no Peru, México, Colômbia, Argentina, Brasil e Chile.

O Grupo Biotoscana continua desenvolvendo e entregando o seu pipeline com avanços importantes, trazendo produtos inovadores para a região.

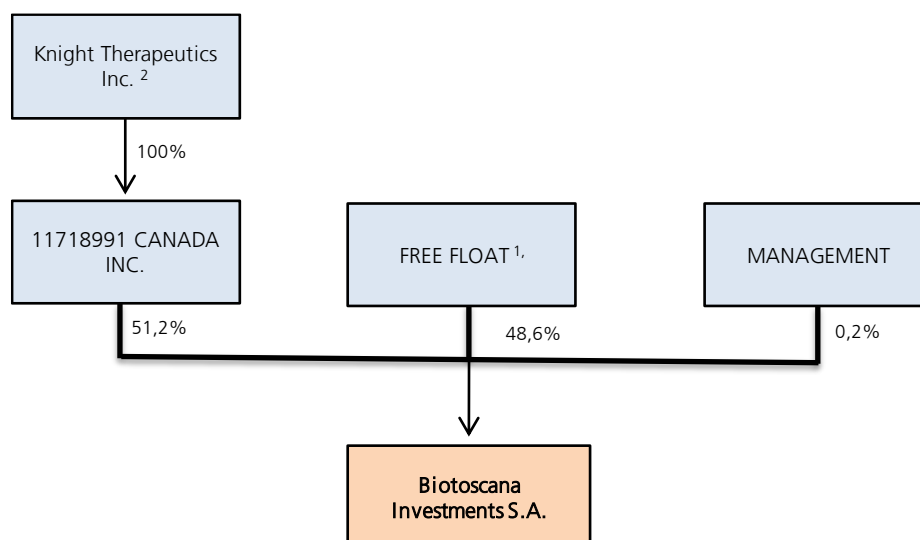
Durante o ano, o GBT participou de diversos congressos para discutir os mais recentes avanços em diferentes linhas terapêuticas, como no SBOC, ESMO, ECCMID, entre outros. O GBT também organizou vários eventos em toda a região, permitindo que médicos e profissionais da saúde acessem à informação mais recente disponível.

Em relação à P&D, o GBT continua trabalhando no desenvolvimento de genéricos de marca, em linhas terapêuticas onde existe uma necessidade médica não atendida. A Biotoscana investiu na reforma do laboratório de P&D na Argentina, com novo equipamento e pessoal.

MUDANÇA DE CONTROLE

Em 29 de novembro de 2019, a Knight Therapeutics Inc. anunciou que concluiu a aquisição de uma participação de 51,21%² (Venda do Controle) na Companhia do grupo acionista controlador. O preço de Venda do Controle foi BRL 596 milhões, equivalente a BRL 10,96 por ação ou BDR.

Com a conclusão desta primeira etapa, a Knight tornou-se a acionista controladora da Companhia e nomeou seus representantes para o conselho de administração da Companhia. Além disso, como consequência do fechamento da Venda do Controle, o Comprador está realizando uma oferta pública de aquisição das ações e BDRs remanescentes, em cumprimento ao artigo 12 do Estatuto Social da Biotoscana Investments S.A.. De acordo com as informações do Comprador, a oferta pública de aquisição será lançada com termos e condições semelhantes aos da Venda de Controle. Em 31 de dezembro 2019, a estrutura acionária era a seguinte:



Notas

¹ Free float (excluindo ações/BDRs em tesouraria) refere-se às ações em circulação que são negociadas na Bolsa de Valores brasileira (B3). Importante lembrar que no Free Float não há nenhum investidor que possua mais de 10%.

² Acionista controladora da Companhia, a Knight é listada na Bolsa de Valores de Toronto sob o ticker "GUD".

O atual Conselho de Administração da Companhia foi designado na Assembleia Geral de 22 de novembro de 2019, com vigor a partir de 29 de novembro de 2019, e é composto por:

- Samira Sakhia
- Robert Lande
- Nicolas Sujoy
- Gaëlle Lamotte

TESTE DO VALOR RECUPERÁVEL SOBRE O ÁGIO (*IMPAIRMENT OF GOODWILL*)

O Grupo realiza seu teste do valor recuperável sobre o ágio anualmente em cada dezembro. Para esta avaliação o Grupo identificou três Unidades de Geradoras de Caixa (CGUs): United Medical Ltda., Latin American Pharma Company ETVE S.L.U. (LKM) e Laboratório DOSA S.A. (DOSA)

United Medical Ltda. (UM)

O valor recuperável da unidade geradora de caixa UM em 31 de dezembro de 2019, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa a partir de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração durante um período de cinco anos. Os fluxos de caixa projetados foram atualizados para refletir as mudanças nas demandas e nas margens de produtos farmacêuticos do portfólio da UM e o impacto esperado da não renovação de determinada licença acordada com terceiros. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,70% (2018: 8,70%) nominal em US\$, e os fluxos de caixa referentes ao período excedente a cinco anos são extrapolados utilizando taxa de crescimento de 1,9% (2018: 1,9%), o que corresponde à taxa de inflação de longo prazo nos Estados Unidos. Como resultado dessa análise, a administração não identificou uma necessidade de redução do valor recuperável sobre o ágio.

Latin America Pharma Company ETVE S.L.U. (LAPC) e Laboratorio DOSA S.A. (DOSA)

O valor recuperável da unidade geradora de caixa LAPC em 31 de dezembro de 2019, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxos de caixa a partir de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração durante um período de oito anos. Os fluxos de caixa projetados foram atualizados para refletir mudanças na demanda de produtos farmacêuticos dos portfólios da LAPC e da DOSA devido às condições econômicas esperadas na Argentina. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 16,29% (2018: 15%) nominal em US\$, e os fluxos de caixa referentes ao período excedente a oito anos são extrapolados utilizando taxa de crescimento de 1,9% (2018: 1,9%), o que corresponde à taxa de inflação de longo prazo nos Estados Unidos. Como resultado dessa análise, a administração não identificou uma necessidade de redução do valor recuperável sobre esse ágio para DOSA, mas foi determinado que os fluxos de caixa descontados futuros da LAPC estão abaixo do valor contábil do ágio após de manter a recuperabilidade de PP&E. Então, houve a necessidade de um ajuste do valor recuperável sobre o ágio no valor de BRL 7,7 milhões e foi registrado na demonstração do resultado do exercício atual.

O cálculo do valor em uso das três unidades é mais sensível aos seguintes pressupostos que foram considerados pela administração no teste de valor recuperável sobre o ágio:

- Volumes
- Preços
- Margens brutas
- Taxa de desconto
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período de previsão

Volumes e preços: Para a UM, volumes e preços foram estimados considerando uma taxa de crescimento anual composta de 0,6% que resulta menor do que a inflação e crescimento do PIB locais esperados. A evolução da receita líquida de cada produto está em linha com a

tendência histórica e seu ciclo e vida, e também considerando as datas de expirações das licenças. Para LAPC e DOSA, foi considerado que os novos lançamentos estarão na faixa de 2 a 4 produtos por ano, em linha com a evidência histórica ao longo dos anos. Os aumentos de preços foram sensibilizados para produtos específicos para incluir o efeito da menor inflação.

Uma redução nos volumes e preços levaria a uma queda nos valores da margem bruta e nos fluxos de caixa projetados. Uma redução na venda líquida em relação ao orçamento de 3,7%, 1,3% e 38,7% resultaria em imparidade da UM, LAPC e DOSA, respectivamente.

Margem bruta: Para a UM, a evolução da margem bruta total foi projetada considerando possíveis efeitos negativos da renegociação de licenças de certos produtos e do efeito da desvalorização nos custos em USD. Para a LKM e UM, a evolução da margem bruta foi projetada pelo GBT em linha com a tendência histórica.

Um aumento nos custos dos produtos levaria a uma redução nos valores de margem bruta e nos fluxos de caixa projetados. Um aumento nos custos dos produtos em relação ao orçamento de 5,2%, 1,9% e 44,4% resultaria em imparidade da UM, LAPC e DOSA, respectivamente.

Taxas de desconto: representam a atual avaliação do mercado dos riscos específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não tenham sido incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado nas circunstâncias específicas do Grupo e suas unidades geradoras de caixa e é derivado do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o capital próprio. O custo de capital é derivado do retorno esperado do investimento pelos investidores do Grupo. O custo da dívida é baseado nos empréstimos com juros que o grupo é obrigado a pagar. O risco específico das unidades geradoras de caixa é incorporado através da aplicação de fatores beta individuais. Os fatores betas são avaliados anualmente de acordo com os dados de mercado disponíveis ao público. Os ajustes da taxa de desconto são feitos de acordo com o montante específico e o calendário dos fluxos fiscais futuros, a fim de refletir uma taxa de desconto antes dos impostos.

Um aumento na taxa de desconto depois dos impostos para 11,3%, 16,8% e 23% (aumentos de 2,6%, 0,4% e 6,6%), resultaria em imparidade da UM, LAPC e DOSA, respectivamente.

Taxa de crescimento: a taxa de crescimento de longo prazo utilizada foi conservadora considerando 1,9% refletindo a atual inflação do USD e 0% em termos reais, implicando uma posição conservadora que assume um cenário de não crescimento nas quantidades vendidas e apenas com aumento dos preços devido à inflação.

IFRS 16 ARRENDAMENTOS

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários prestem contas da maioria dos arrendamentos em um único modelo patrimonial.

O Grupo adotou a IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, aplicando o método retrospectivo modificado.

Após a adoção da IFRS 16, o Grupo aplicou um único reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos nos quais é arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de menor valor. O Grupo reconheceu passivos de arrendamento e ativos de direito de uso representando o direito de uso dos ativos subjacentes.

Arrendamentos anteriormente identificados como arrendamentos financeiros:

O Grupo não mudou o valor contábil inicial dos ativos e passivos reconhecidos na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros (isto é, ativos de direito de uso e passivos de arrendamento equivalentes aos ativos e passivos reconhecidos conforme IAS 17). Os requisitos da IFRS 16 foram aplicados nesses arrendamentos desde 1º de janeiro de 2019.

Arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais:

O Grupo reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de menor valor. Ativos de direito de uso para a maioria dos arrendamentos foram reconhecidos baseados no valor contábil como se a norma sempre tivesse sido aplicada, desde o início do contrato, além do uso da taxa incremental de empréstimo na data de início da aplicação. Em alguns arrendamentos, os ativos de direito de uso foram reconhecidos baseados num valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados ou pré-pagos anteriormente reconhecidos. Passivos de arrendamento foram reconhecidos baseados no valor presente dos pagamentos de arrendamentos restantes, descontados ao utilizar a taxa incremental de empréstimo na data de início da aplicação.

Conforme mencionado, quando comparado com a IAS 17, o IFRS 16 gera um efeito positivo no EBITDA, no valor de BRL 10,6 milhões no exercício 2019.

Para mais informações, consulte a Nota 2.4 das Demonstrações financeiras consolidadas.

VISÃO GERAL DA COMPANHIA

O GBT é uma farmacêutica de especialidades com sede em Montevideo, Uruguai, e que atua em 10 países na América Latina. O GBT promove e vende produtos licenciados inovadores e participa do desenvolvimento, fabricação e comercialização de especialidades farmacêuticas inovadoras e produtos genéricos de marca. O modelo de negócio do GBT foca em linhas terapêuticas de doenças infecciosas, oncologia e onco-hematologia e outras especialidades terapêuticas.

Em 21 de julho de 2017, a Companhia foi autorizada a listar e negociar seus Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários (Brazilian Depositary Receipts - "BDRs") na Bolsa de Valores de São Paulo. A Companhia também foi autorizada a listar e negociar suas ações ordinárias no mercado Euro MTF, o mercado não regulamentado da bolsa operado pela Bolsa de Valores do Luxemburgo.

CARTEIRA E INOVAÇÃO

Nosso pipeline de desenvolvimento de produtos está dividido em dois modelos de negócio: (1) parceria de desenvolvimento de produtos, focado em construir relacionamentos para licenciar e comercializar produtos inovadores, novos na América Latina, e (2) desenvolvimento interno de produtos, focado no estudo, design, formulação e fabricação de produtos genéricos de marca (BGx), que são os bioequivalentes de produtos inovadores sem a proteção de patente.

O portfólio do estágio comercial do GBT inclui:

- (i) Lançamentos (produtos de 1 a 5 anos), produtos que foram lançados recentemente e podem ser divididos em principais lançamentos de produtos de licenças inovadores e lançamentos da linha BGx;
- (ii) Produtos mais destacados do ano (peak year products), que tem aproximadamente 5 anos após do lançamento, e já atingiram os picos mais altos das vendas. É um mix de produtos licenciados e BGx;

- (iii) Produtos maduros que têm 10 anos ou mais após lançamento, normalmente já perderam exclusividade e podem começar a declinar as vendas com os anos. É também um mix de produtos licenciados e BGx.

Produtos da marca própria (BGx) são desenvolvidos e produzidos na Argentina por meio de quatro plantas de sua propriedade.

Seis produtos principais do portfólio de base (todas os estágios, excluindo apenas os principais lançamentos / lançamentos inovadores) representaram aproximadamente 55% da receita líquida em 2019. São eles: AMBISOME®, ABRAXANE®, SALOFALK®, LADEVINA®, HALAVEN® e VIDAZA®.

Os produtos lançados recentemente são os produtos licenciados lançados nos últimos cinco anos (*key launches*). Normalmente esses produtos estão na fase de aceleração para atingir o pico de participação no mercado.

Os produtos lançados recentemente incluem LENVIMA®, ABRAXANE® e HALAVEN®, que estão contribuindo com vendas no Brasil, e ABRAXANE®/ABRAXUS® com vendas no Brasil e no México. ABRAXANE®, HALAVEN® e LENVIMA® já figuram entre nossos 10 principais produtos.

O GBT está trabalhando na promoção e aceleração desses produtos e em indicações adicionais e/ou no registro em novos países para vários deles.

Os produtos lançados recentemente totalizaram BRL 112 milhões no exercício 2019. Os produtos lançados recentemente cresceram na comparação trimestral, demonstrando sólido desempenho de novos produtos e ótima execução de lançamentos. O crescimento está relacionado à introdução de novos produtos desde o ano passado, como EPCLUSA®. CRESEMBA® também foi lançado durante o terceiro trimestre de 2019 e as vendas recém começaram.

FATORES DE RISCO

Nosso negócio pode ser impactado adversamente se ocorrer qualquer um dos principais riscos abaixo descritos:

Riscos relacionados a nosso negócio ou indústria:

- Se a Companhia não tiver sucesso na obtenção e manutenção de seus contratos de licenciamento, alianças estratégicas e outras colaborações em relação a carteira de produtos.
- O processo de fabricação de nossos produtos genéricos é altamente complexo e uma interrupção em nossas fábricas ou na cadeia de suprimento, ou uma opinião adversa numa auditoria regulamentar, poderá afetar adversamente nosso negócio, condição financeira ou resultados operacionais.
- Operamos em um mercado competitivo caracterizado pela frequente introdução de novos produtos. Muitos de nossos concorrentes, particularmente grandes farmacêuticas, possuem recursos financeiros, técnicos e humanos substancialmente maiores que os da Companhia.
- Nossos investimentos com pesquisa e desenvolvimento de produtos podem não resultar em produtos comercialmente bem-sucedidos.
- Se a reputação de uma ou mais das marcas líderes se desgastou significativamente, esse fato poderá causar um impacto relevante em nosso negócio, condição financeira ou resultados operacionais.
- Ações de responsabilidade civil pelos produtos comercializados poderiam prejudicar nosso negócio.
- Nossa estratégia de aquisição está sujeita a riscos significativos e pode não ser bem-sucedida, por exemplo, falha em identificar com precisão empresas adequadas, produtos ou marcas; falha em obter as aprovações regulatórias necessária, dificuldades na integração do processo.

- Nosso negócio é regulamentado por diversas autoridades governamentais, estando sujeito à riscos de compliance, custos elevados e futuras regulamentações governamentais podem impor outros ônus sobre nosso negócio.
- A Companhia pode estar envolvida em ações ambientais que poderiam adversamente afetar sua reputação, negócio, condição financeira e resultados operacionais.
- Consulte a seção de eventos subsequentes para riscos relacionados à covid-19.

Riscos relacionados aos países onde atuamos:

- Aumento nos impostos pagos nos países onde atuamos.
- Condições econômicas nos países onde atuamos ou planejamos atuar.
- Os governos têm alto grau de influência nas economias onde atuamos. Mudanças nas políticas ou regulamentos governamentais têm impacto em fatores tais como: leis e políticas de saúde; leis trabalhistas; oscilações de câmbio; inflação; políticas de câmbio e controle de capital; taxas de juro; desenvolvimento nas negociações comerciais por meio da Organização Mundial da Saúde ou outras organizações internacionais; regulamentos ambientais; leis tributárias; restrições de importação/exportação; controles de preço ou regulamentos de fixação de preços; e outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos.
- Oscilações nas taxas de câmbio em relação ao dólar norte-americano, euro, reais e as moedas dos países onde atuamos.
- Consulte a seção de eventos subsequentes para riscos relacionados à covid-19.

Para mais informações dos riscos financeiros consulte a Nota 12.1 das Demonstrações financeiras consolidadas (incluindo riscos de liquidez).

PERFORMANCE FINANCEIRA E OPERACIONAL

A tabela a seguir mostra a performance financeira do Grupo (em milhões de BRL). Conforme mencionado anteriormente, os números ao 31 de dezembro de 2019 e ao 31 de dezembro 2018 são apresentados aplicando o IAS 29 para as operações na Argentina e são convertidos para BRL usando a taxa de câmbio no final do período:

	2019	2018
Receita líquida	743,1	821,0
Custo dos produtos vendidos	(397,7)	(398,8)
Lucro bruto	345,4	422,2
Despesas de vendas e marketing	(143,1)	(131,2)
Despesas gerais e administrativas	(84,0)	(98,5)
P&D, médicas, reg. e de desenvolvimento de negócios	(33,6)	(41,4)
Despesas de reorganização, integração e aquisição	(14,3)	(11,4)
Provisão ao valor recuperável sobre ágio	(7,7)	-
Outras receitas/despesas operacionais	7,8	1,3
Lucro operacional	70,5	141
(+) Depreciação e Amortização	38,9	27,9
(+) Stock Grants	0,7	9,5
(+) Ajuste por uma única vez	13,9	6,2
EBITDA Ajustado	124,1	184,6
EBITDA Ajustado margem	16,7%	22,5%
EBITDA	109,5	168,9
EBITDA margem	14,7%	20,6%

Em 2019 as receitas líquidas atingiram BRL 743,1 milhões contra BRL 821 milhões em 2018, influenciada substancialmente pela descontinuação dos negócios da Actelion.

As despesas com vendas e marketing atingiram BRL 143,1 milhões em 2019, contra BRL 131,2 milhões em 2018. Isso se deve principalmente aos esforços que o GBT teve que concentrar nos novos lançamentos, como congressos e treinamento da equipe de vendas.

As despesas gerais e administrativas totalizaram BRL 84 milhões em 2019, frente a BRL 98,5 milhões em 2018, impactados pela outorga de ações para os executivos no momento do IPO (BRL 9,5 milhões em 2018 contra BRL 0,7 milhões em 2019) a desvalorização das moedas e da aplicação da IFRS 16.

As despesas de P&D, médicas, regulatórias e de desenvolvimento de negócios somaram BRL 33,6 milhões em 2019 frente a BRL 41,4 milhões em 2018.

As despesas de reorganização, integração e aquisição totalizam BRL 14,3 milhões em 2019, relacionadas principalmente a custos de reestruturação corporativa e custos da mudança de controle.

Adicionalmente, há o impacto da provisão ao valor recuperável sobre o ágio, explicado anteriormente, que totalizou BRL 7,7 milhões em 2019.

Há também um outro item não recorrente na linha outras receitas operacionais no valor de BRL 7,8 milhões em 2019, relacionado a um acordo de não concorrência na Argentina. Há cerca de 5 anos, a Argentina vendeu um portfólio para outra empresa farmacêutica e havia uma cláusula de não concorrência por 5 anos, sendo que uma parte do pagamento pela venda estava vinculada a essa cláusula. Em 2019, atingimos os 5 anos e o valor recebido foi reconhecido nas despesas operacionais, em "outras receitas líquidas operacionais". O valor é não recorrente e, portanto, não faz parte do total das despesas operacionais recorrentes.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos endividamento consolidado em aberto com instituições financeiras no valor agregado de BRL 172 milhões.

Em novembro 2017, o Laboratorio LKM S.A contratou uma dívida na Argentina por ARS 531 milhões, através de dois empréstimos separados com o Citibank

O primeiro pagamento foi desembolsado em 2 de novembro 2017 por valor de ARS 266 milhões, foi um empréstimo "offshore" relacionado com Pesos Argentinos com o Citibank N.A. (Nova Iorque) com taxa fixa de 18,40% per ano (21,66% valor total após incluir o imposto de retenção). O contrato possui prazo total 3 anos; pagamentos trimestrais com amortização começando no dia 15 de cada mês; e certas penalidades em caso de pagamento antecipado. O valor do empréstimo ao 31 de dezembro de 2019 é BRL 9.266 mil.

O segundo pagamento foi desembolsado no dia 3 de novembro, este empréstimo foi quitado completamente em novembro 2018.

Em dezembro 2017, United Medical Ltda. contratou uma dívida em Reais no valor do BRL 150 milhões com o Itaú Unibanco Brasil. Esse empréstimo foi recebido em 8 de dezembro de 2017 e as principais condições são as seguintes:

O empréstimo foi um CCB (Cédula de Crédito Bancário do Brasil). Seu prazo total foi de 5 anos, com pagamentos semestrais e um ano de carência para amortização. A taxa de juros aplicáveis foi CDI + 1,65% (com uma cláusula de incremento pela qual a taxa de juros incrementa 25bps - pontos base - para cada 0.25 de aumento da proporção na "Dívida líquida" / "EBITDA" após 2.0 vezes).

Em 2 de outubro de 2018, foi assinada uma alteração deste empréstimo entre United Medical e o banco Itaú. A finalidade da alteração foi adicionar mais um ano no período de carência e a extensão do vencimento final do empréstimo em um ano. Os encargos de juros não foram alterados.

Entretanto, por conta da aquisição do Grupo pela Knight mencionada na Nota 1 e considerando a cláusula de “Troca de Controle”, a Companhia não está em compliance com a cláusula em relação com o Itaú, e deve obter esta aprovação em relação à transação com o Itaú Unibanco Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, a aprovação acima ainda não havia sido obtida. O total dessa dívida está considerada como “corrente” considerando que a Companhia não tem direito incondicional para adiar a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período reportado.

Até o momento, o waiver do Itaú Unibanco Brasil não foi obtido. No caso que o waiver não seja obtido, o Grupo tem o comprometimento do suporte financeiro da Knight para realizar o pagamento do empréstimo ao Itaú quando solicitado ou buscar outras fontes de financiamento.

Em dezembro 2018, United Medical Ltda. contratou uma dívida em Reais no valor do BRL 38,9 milhões com o Banco Santander, cujo valor foi recebido pela empresa em 28 de dezembro de 2018. O empréstimo foi um CCB (Cédula de Crédito Bancário do Brasil) baseado na Lei 4.131. O contrato possui prazo de 3 anos, com pagamentos semestrais e um ano de carência para amortização. A taxa de juros aplicável foi de CDI +2,00% em total (1,87% juros e 0,13% Stand by).

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES (BUYBACK)

Em 25 de abril, o GBT realizou sua Assembleia Geral Ordinária e ratificou a aprovação do programa de recompra de ações, para adquirir até 5% do free float, até 2.773.631 BDRs, das 50.429.659 BDRs/ações em circulação. O objetivo de programa é criar valor para os acionistas através de um gerenciamento adequado da estrutura de capital da Companhia.

A Companhia reconheceu suas próprias ações (Ações em tesouraria) como conta redutora do patrimônio e nenhum lucro ou perda relativo a esses instrumentos é reconhecido na demonstração do resultado.

- Quantidade de BDRs em tesouraria ao 31 dezembro de 2019: 490.236.
- Quantidade de BDRs adquiridas: 1.346.300. Os BDRs foram adquiridos a um preço médio de BRL 10,49 com preços que variam de BRL 14,30 a BRL 9,16.
- Número de BDRs entregue aos funcionários para atender o segundo e terceiros *vestings* do primeiro plano e o primeiro *vesting* do novo plano de Stock Grant: 856.064.
- O valor total BRL 4.675.972 é apresentado como ações em tesouraria, deduzido do patrimônio líquido.

As ações em tesouraria foram adquiridas por duas subsidiárias do Grupo (United Medical Ltda e Wisteny Trading S.A.).

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos aproximadamente 677 funcionários, 341 estão localizados na Argentina, 90 estão localizados na Colômbia, 110 estão localizados no Brasil e o remanescente de 136 funcionários está localizado no resto da América Latina.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Com o recente e rápido desenvolvimento do surto de COVID-19, alguns países onde o Grupo possui operações significativas exigiram que as entidades limitassem ou suspendessem as operações comerciais e implementaram restrições de viagem e medidas de quarentena. O Grupo está trabalhando no planejamento de contingência para fornecimento contínuo e, neste estágio, não prevê escassez de estoques no curto prazo.

Até a data destas demonstrações financeiras, o surto não teve um impacto material nos resultados do Grupo. À medida que o surto continua progredindo e evoluindo, é incerto neste momento prever a extensão do impacto potencial nos resultados financeiros e operacionais do Grupo que não pode ser estimado razoavelmente, mas o impacto pode ser material.

ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

Nossas operações estão sujeitas aos regulamentos legais internacionais, federais, estaduais e municipais relacionados ao meio ambiente, incluindo leis relacionadas à descarga de poluentes no ar, solo e água, a administração e o descarte de substâncias prejudiciais e a limpeza de locais contaminados. Nós verificamos continuamente que nossas operações atendam os regulamentos ambientais. Nossas instalações utilizam produtos e materiais que são considerados lixo perigoso, para o qual o transporte, o armazenamento, o tratamento e o descarte final são regulados por várias autoridades governamentais.

Acreditamos estarmos em conformidade com todos os regulamentos ambientais aplicáveis nos países onde operamos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Ernst & Young Société Anonyme, empresa-membro da Ernst & Young Global Limited, auditores independentes, realizaram uma auditoria de nosso balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas as demonstrações financeira consolidadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia.

A política da Companhia com relação à contratação de serviços de auditoria externa é que não tenha conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados por auditores independentes e serviços não relacionados aos serviços externos de auditoria.

Nossos auditores externos declararam para o Conselho de Administração da Companhia que os serviços de outra natureza ("non audit") prestados atenderam os requerimentos de independência e objetividade, as quais são necessárias para a prestação de serviços de auditoria, pois correspondem à verificação da aderência aos regulamentos fiscais e comentários e sugestões de melhorias para os controles existentes para o processo de gerenciamento de riscos financeiros. Nossos auditores externos confirmaram que as regras de independência profissional do código de ética IFAC foram respeitadas.

Luxemburgo, 27 de março de 2020

(Tradução livre da versão originalmente emitida em inglês)

Relatório do auditor Independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas da Biotoscana Investments S.A.
2-4, rue Beck
L-1222 Luxemburgo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Biotoscana Investments S.A. e suas controladas (o Grupo) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas representam uma visão verdadeira e justa da posição patrimonial e financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com a Lei que rege o ofício do auditor, de 23 de julho de 2016 ("Lei de 23 de julho de 2016") e com as normas internacionais de auditoria (ISAs), adotadas em Luxemburgo pela *Commission de Surveillance du Secteur Financier* (CSSF). Nossas responsabilidades, em conformidade com a Lei e as normas referidas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do *Réviseur d'Entreprises Agréé*" pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" de nosso relatório. Também somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (Código IESBA), adotado em Luxemburgo pelo CSSF, juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses princípios. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, nossa descrição de como nossa auditoria abordou o referido assunto é apresentada nesse contexto.

Teste de redução ao valor recuperável do ágio:

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo registrou R\$ 435 milhões como ágio em decorrência das aquisições da United Medical, Latin America Pharma Company e Laboratório DOSA, efetuadas em junho de 2014, dezembro de 2015 e novembro 2017, respectivamente. De acordo com as IFRS, o Grupo realizou um teste de redução ao valor recuperável por unidade geradora de caixa para avaliar se o ágio poderia sofrer perdas. As premissas e os resultados dos testes realizados pelo Grupo estão divulgados na Nota explicativa 6 das demonstrações financeiras consolidadas. Devido à complexidade do processo que envolve julgamento da Administração para fundamentar as principais premissas adotadas e estimativas de fluxos de caixa futuros, bem como o valor contábil significativo do ágio, que representa 35% do total de ativos no balanço patrimonial consolidado, os testes de redução ao valor recuperável do ágio são identificados como um dos principais assuntos de auditoria para os exames de auditoria referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Nossos procedimentos sobre o teste de recuperabilidade de ágio preparado pela administração incluirão, mas não se limitaram a:

- O envolvimento de nossos especialistas em avaliação para avaliar as premissas e métodos utilizados pelo Grupo na realização de seu teste de redução ao valor recuperável de ágio, incluindo a taxa de desconto por unidade geradora de caixa, e para avaliar o modelo utilizado no cálculo dos fluxos de caixa futuros.
- Desafiar as expectativas e as premissas utilizadas pelo Grupo durante o horizonte de projeção, como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas e o nível necessário de CAPEX e capital de giro, entre outras premissas fundamentais.
- Comparamos as referidas premissas com informações históricas do Grupo e dados obtidos externamente, como as projeções de crescimento econômico, a inflação de custos e as taxas de desconto.

Também avaliamos as divulgações em relação ao ágio e ao teste de “impairment”, conforme estabelecido na Nota explicativa 6 das demonstrações financeiras consolidadas.

Contabilização da Hiperinflação (aplicação da IAS 29 “Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias”):

Conforme divulgado na Nota 2.1.1, a economia argentina passou a ser considerada hiperinflacionária, conforme os critérios estabelecidos pela IAS 29 “Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias” (“IAS 29”). Esta norma exige que a entidade ou componentes da informação financeira, cuja moeda funcional seja a de uma economia considerada hiperinflacionária, sejam reapresentados em termos de unidade de mensuração em vigor na data de divulgação, utilizando um índice geral de preços que reflita mudanças no poder de compra geral. O impacto da aplicação da IAS 29 é um principal assunto de auditoria para a auditoria de 31 de dezembro de 2019, considerando-se o esforço necessário para a aplicação desta norma e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo descritos na referida Nota 2.1.1.

Realizamos procedimentos de auditoria no cálculo efetuado pela Companhia sobre a aplicação da IAS 29 que incluíram, mas não se limitaram a:

- Teste da segregação das rubricas do balanço patrimonial em itens monetários e não monetários.
- Recálculo do vencimento das rubricas do resultado e do balanço patrimonial que necessitem de reapresentação.
- Avaliação da seleção dos índices utilizados na reapresentação.
- Teste da reapresentação de contas relevantes, inclusive do imposto de renda diferido passivo reconhecido em decorrência da reapresentação.

- Teste por meio de recálculo de ganhos ou perdas sobre a posição monetária líquida reconhecida na demonstração de resultado consolidada.
- Avaliação do método de conversão utilizado para as informações financeiras reapresentadas das controladas Argentinas no contexto da hiperinflação.
- Envolvermos os nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação das premissas e métodos utilizados pelo Grupo para o teste de recuperabilidade dos valores reapresentados de imobilizado e ágio da Argentina.

Também avaliamos as divulgações em relação à decorrência da aplicação desta norma, conforme estabelecido na Nota explicativa 2.1.1 das demonstrações financeiras consolidadas.

Outras informações

A Administração é responsável pelas “outras informações”. Outras informações consistem nas informações incluídas no Relatório da Administração Consolidado, mas não compreendem as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do *Réviseur d'Entreprises Agréé* sobre o mesmo.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange as outras informações e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a comunicar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do “Réviseur d'Entreprises Agréé” pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Os objetivos de nossa auditoria são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de *Réviseur d'Entreprises Agréé* contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com a Lei de 23 de julho de 2016 e as normas internacionais de auditoria (ISAs), adotadas em Luxemburgo pela CSSF sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com a Lei de 23 de julho de 2016 e com as normas internacionais de auditoria (ISAs), adotadas em Luxemburgo pela CSSF, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais o ato de burlar os controles internos.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de *Réviseur d'Entreprises Agréé* para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossa auditoria.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulatórios

O relatório da administração consolidado é consistente com as demonstrações financeiras consolidadas e foi elaborado de acordo com os requisitos legais aplicáveis.

Ernst & Young
Société anonyme
Cabinet de revision agree



Olivier Lemaire

Luxembourg, 30 March 2020

Relatório da revisão especial do auditor independente

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Biotoscana Investments S.A.
2-4 Rue Beck, L-1222, Luxemburgo

1. Efetuamos uma revisão especial em conformidade com o descrito no parágrafo 3 abaixo, das informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras consolidadas da Biotoscana Investments S.A., compreendendo o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data preparadas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") aprovadas pelo "International Accounting Standard Board – IASB", elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração em atendimento às disposições previstas na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM 480/09, conforme alterada, relativas à prestação de informações contábeis para atendimento ao programa de Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários ("Brazilian Depository Receipts" - BDRs).
2. As demonstrações financeiras consolidadas da Biotoscana Investments S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em milhares de Reais, que serviram de base para a preparação das informações contábeis descritas no parágrafo 1 acima, foram preparadas de acordo com as normas do International Financial Reporting Standards – IFRS e foram objeto de auditoria pelos auditores independentes da Biotoscana Investments S.A. O relatório dos auditores da Biotoscana Investments S.A. foi emitido sem ressalvas pela Ernst & Young S.A. em Luxemburgo.
3. Nossa revisão especial para atendimento ao programa de Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários referida no parágrafo 1 compreendeu:
 - (a) A leitura das demonstrações financeiras consolidadas, originalmente emitidas no idioma inglês, bem como sua versão em português, e leitura do relatório dos auditores independentes referido no parágrafo 2 e a discussão com os administradores da Biotoscana Investments S.A. e com seus auditores independentes, sobre suas operações e a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS; e
 - (b) A leitura das demonstrações financeiras consolidadas quanto à descrição e classificação das contas e divulgações adicionais constantes nas notas explicativas.

4. Com base em nossa revisão especial e em conformidade com o descrito no parágrafo 3 acima, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, para que estas atendam às normas expedidas pela CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as disposições previstas na Instrução 480/09, conforme alterada, relativas à prestação de informações contábeis para atendimento do programa de Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários.
6. Nossa revisão especial não representa um exame de acordo com as normas brasileiras ou internacionais de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referidas no parágrafo 1.

São Paulo, 30 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Vanessa Martins Bernardi
Contadora CRC-1SP244569/O-3

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

Tradução livre para o Português das demonstrações financeiras consolidadas emitidas originalmente em inglês, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, conforme mencionado na Nota 2. Em caso de divergências a versão em inglês prevalecerá.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita líquida	4 e 17	743.097	820.961
Custo dos produtos vendidos	18.1	(397.661)	(398.809)
		<u>345.436</u>	<u>422.152</u>
Lucro bruto			
Despesas de vendas e marketing	18.2	(143.068)	(131.195)
Despesas gerais e administrativas	18.2	(84.035)	(98.498)
P&D, médicas, regulatórias e de desenvolvimento de negócios	18.2	(33.627)	(41.411)
Despesas de reorganização, integração e aquisição	18.2	(14.304)	(11.339)
Provisão ao valor recuperável sobre ágio	6	(7.682)	-
Outras receitas líquidas operacionais	18.3	<u>7.826</u>	<u>1.309</u>
Lucro operacional		70.546	141.018
Despesas de juros e outras (despesas) ganho financeiras líquidas	18.4	(26.529)	(31.153)
Despesas cambiais líquidas	18.5	(6.318)	(27.673)
(Prejuízo) ganho na posição monetária líquida pela exposição à inflação na Argentina	2.1.1	<u>(2.501)</u>	<u>12.811</u>
Resultado financeiro líquido		(35.348)	(46.015)
Lucro antes do imposto de renda		35.198	95.003
Imposto de renda correntes e diferidos	20	<u>(33.596)</u>	<u>(31.541)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.602</u>	<u>63.462</u>
Atribuível aos			
Acionistas da Companhia		1.602	63.462
Lucro por ação			
Lucro básico do exercício atribuível aos acionistas controladores detentores de ações ordinárias	13	0,02	0,60
Lucro diluído do exercício atribuível aos acionistas controladores detentores de ações ordinárias	13	0,02	0,60

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	1.602	63.462
Outros resultados abrangentes (perda) a serem reclassificados para resultado em períodos subsequentes		
Efeitos das operações de hedge	(70)	-
Variação cambial na conversão de operações no exterior	<u>7.491</u>	<u>(6.410)</u>
Total de outros resultados abrangentes (perda) a serem reclassificados para resultado em períodos subsequentes	<u>7.421</u>	<u>(6.410)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u><u>9.023</u></u>	<u><u>57.052</u></u>
Atribuível aos		
Acionistas da Companhia	9.023	57.052

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2019

(Valores em milhares de Reais -BRL- exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

	Nota explicativa	2019	2018
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Intangível	6	561.072	569.462
Imobilizado	7	50.409	47.084
Ativo de direito de uso	2.4	20.816	-
Propriedades para investimento		5.130	4.980
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	9	13.745	480
Outros ativos		14.683	1.673
Impostos diferidos ativos	20	19.098	17.481
Total do ativo não circulante		684.953	641.160
ATIVO CIRCULANTE			
Estoques	8	213.874	182.490
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	9	289.496	315.431
Outros ativos		6.564	9.728
Caixa e equivalentes de caixa	14	47.974	100.609
Total do ativo circulante		557.908	608.258
Ativos mantidos para venda		4.087	3.968
TOTAL DO ATIVO		1.246.948	1.253.386
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	217	217
Ágio na emissão de ações	15	748.624	748.624
Ações em tesouraria	15	(4.676)	(6.316)
Outras reservas de capital	19	12.911	12.246
Lucros acumulados		264.820	263.218
Transação com acionistas		(333.180)	(333.180)
Outros resultados abrangentes		51.848	44.427
Total do patrimônio líquido		740.564	729.236
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões e contingências	16	181	146
Dívida financeira e empréstimos	10.1	29.312	175.919
Salários e obrigações trabalhistas		306	227
Outros impostos a pagar	10.3	347	862
Outras contas a pagar	10.4	-	14
Impostos diferidos passivos	20	61.763	45.008
Total do passivo não circulante		91.909	222.176
PASSIVO CIRCULANTE			
Provisões e contingências	16	4.121	9.411
Dívida financeira e empréstimos	10.1	160.972	39.701
Fornecedores	10.2	201.750	175.401
Obrigações contratuais		2.804	3.532
Passivo de reembolso		328	453
Salários e obrigações trabalhistas		20.040	23.504
Outros impostos a pagar	10.3	11.060	15.166
Credores diversos	10.4	13.400	34.806
Total do passivo circulante		414.475	301.974
Total do passivo		506.384	524.150
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.246.948	1.253.386

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

	Atribuível os acionistas da Companhia							Variações cambiais na conversão de operações no exterior	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ações em tesouraria	Outras reservas de capital	Lucros acumulados	Transação com acionistas	Efeito de "hedge" de fluxo de caixa		
Em, 1 de janeiro de 2019	217	748.624	(6.316)	12.246	263.218	(333.180)	-	44.427	729.236
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	2.305	-	-	-	-	2.305
Concessão de ações	-	-	1.640	(1.640)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.602	-	-	-	1.602
Outros resultados abrangentes (perda)	-	-	-	-	-	-	(70)	7.491	7.421
Em 31 de dezembro de 2019	217	748.624	(4.676)	12.911	264.820	(333.180)	(70)	51.918	740.564

	Atribuível os acionistas da Companhia							
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ações em tesouraria	Outras reservas de capital	Lucros acumulados	Transação com acionistas	Outros resultados abrangentes	Total
Em, 1 de janeiro de 2018	214	728.805	-	30.410	114.927	(333.180)	50.837	592.013
Efeito nos saldos iniciais de acordo com a IAS 29 (Nota 2.1.1)	-	-	-	-	84.829	-	-	84.829
Aumento de capital (Nota 15)	3	19.819	-	(19.822)	-	-	-	-
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	9.459	-	-	-	9.459
Recompra de ações	-	-	(14.117)	-	-	-	-	(14.117)
Concessão de ações	-	-	7.801	(7.801)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.462	-	-	63.462
Outros resultados abrangentes (perda)	-	-	-	-	-	-	(6.410)	(6.410)
Em 31 de dezembro de 2018	217	748.624	(6.316)	12.246	263.218	(333.180)	44.427	729.236

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda		35.198	95.003
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda com os fluxos de caixa líquidos gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação do imobilizado e amortização de intangíveis	6 and 7	31.015	27.850
Depreciação do ativo de direito de uso	2.4	8.243	-
Alienação de imobilizado e intangíveis	6 and 7	2.417	537
Provisão ao valor recuperável sobre o ágio	6	7.682	-
Pagamento baseado em ações	19	2.305	9.458
Provisão para perdas em estoques	8	6.340	5.192
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9	7.487	8.021
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	9	-	(5.271)
Movimentação nas provisões		(4.231)	(6.340)
Despesas de juros e outras despesas financeiras líquidas		22.487	31.153
Despesas de juros passivo de arrendamento		2.357	-
Despesas cambiais líquidas		4.307	16.896
Despesas de reorganização, integração e aquisição		-	3.632
Ganho na posição monetária líquida pela exposição à inflação na Argentina	2.1.1	2.501	(12.811)
Variações de ativos e passivos:			
Estoques		(28.116)	(56.969)
Contas a receber de clientes e outras contas a receber		(31.728)	(13.255)
Outros ativos		(4.828)	(1.771)
Fornecedores e outras contas a pagar		12.126	60.355
Pagamentos de imposto de renda		(19.453)	(39.924)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		56.109	121.756
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de intangíveis		(21.446)	(37.190)
Aquisição de imobilizado	7	(14.745)	(12.479)
Pagamentos antecipados de imobilizado		(6.364)	-
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa recebido		-	(18.393)
Despesas pela aquisição de subsidiárias		-	(1.698)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(42.555)	(69.760)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		8.120	45.416
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(44.038)	(33.908)
Pagamentos de juros e outras despesas financeiras líquidas		(22.372)	(30.424)
Pagamentos de passivo de arrendamento		(9.600)	-
Recuperação de ações		-	(14.117)
Despesas pela emissão de ações		-	(1.933)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de financiamento		(67.890)	(34.966)
Efeito na posição de caixa e equivalentes de caixa pela exposição à inflação na Argentina		(1.425)	(3.987)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		3.126	(10.552)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(52.635)	2.491
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		100.609	98.118
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		47.974	100.609

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Biotoscana Investments S.A. é uma Companhia de Luxemburgo constituída em 26 de julho de 2011 como “société en comandite par actions” por prazo indeterminado de duração e está sujeita à legislação societária daquele país. A denominação anterior de Advent Cartagena & CY S.C.A. alterou para Biotoscana Investments & CY S.C.A., após aprovação na Assembleia Geral Extrordinária ocorrida em 17 de agosto de 2011.

Em 14 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela transformação da Companhia de Sociedade Limitada (Société en Comandite par Actions) para Sociedade Anônima (Société Anonyme). Consequentemente, o nome da Companhia foi alterado de Biotoscana Investments & CY S.C.A. para Biotoscana Investments S.A.

As demonstrações financeiras consolidadas da Biotoscana Investments S.A e suas controladas (coletivamente, o Grupo ou a Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com uma resolução da Diretoria em 27 de março de 2020. A Biotoscana Investments (controladora) é uma empresa domiciliada em Luxemburgo. A sede está localizada em 2-4 Rue Beck, L-1222, Luxemburgo.

A principal atividade das empresas do Grupo é a venda de produtos farmacêuticos para seres humanos a través de medicamentos fabricados pela Companhia, mas também através da compra, venda, distribuição, importação, exportação e comércio em geral de produtos farmacêuticos, para-farmacêuticos e produtos químicos sob vários contratos acordos de licença com diferentes empresas farmacêuticas globais (terceiros).

Em 21 de julho de 2017, a Companhia foi autorizada a listar e negociar seus Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários (Brazilian Depositary Receipts - “BDRs”) na Bolsa de Valores de São Paulo. A Companhia também foi autorizada a listar e negociar suas ações ordinárias no mercado Euro MTF, o mercado não regulamentado da bolsa operado pela Bolsa de Valores do Luxemburgo.

Em 29 de novembro de 2019, a Knight Therapeutics Inc. (“Knight” ou “Comprador”) anunciou que concluiu a aquisição de uma participação de 51,21% (Venda do Controle) na Companhia do grupo acionista controlador. O preço de Venda do Controle foi BRL 596 milhões (Preço de Compra), equivalente a BRL 10,96 por ação ou BDR.

Com a conclusão desta primeira etapa, a Knight tornou-se a acionista controladora da Companhia e nomeou seus representantes para o conselho de administração da Companhia. Além disso, como consequência do fechamento da Venda do Controle, o Comprador está realizando uma oferta pública de aquisição das ações e BDRs remanescentes, em cumprimento ao artigo 12 do Estatuto Social da Biotoscana Investments S.A.. De acordo com as informações do Comprador, a oferta pública de aquisição será lançada com termos e condições semelhantes aos da Venda de Controle.

A relação de controladas, incluídas na consolidação, e as respectivas informações dessas controladas é a seguinte:

Razão social	Endereço	Participação (1)		Atividade
		Direta	Indireta	
Biotoscana Ecuador S.A.	Manuel Córdova Galarza S/N, KM 7,5, Quito, Equador	0,00%	100%	Farmacêutica
Biotoscana Farma de Perú S.A.C.	Av. República de Panamá 3591, Floor 13, San Isidro, Lima, Perú	0,00%	100%	Farmacêutica
Biotoscana Farma S.A.	Pte. Arturo Illia 668, Haedo, Buenos Aires, Argentina	0,00%	100%	Farmacêutica

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Biotoscana Farma S.A.	Cra. 106 No. 15-25 Lote 135A Manzana 23, Bogotá, Colombia	0,00%	100%	Farmacêutica
Colveh1 S.A.S	Av. 82 12-18, Floor 6, Bogotá, Colombia	0,00%	100%	Outras atividades científicas e técnicas
Colveh2 S.A.S	Av. 82 12-18, Floor 6, Bogotá, Colombia	0,00%	100%	Outras atividades científicas e técnicas
Colveh3 S.A.S	Av. 82 12-18, Floor 6, Bogotá, Colombia	0,00%	100%	Outras atividades científicas e técnicas
Colveh4 S.A.S	Av. 82 12-18, Floor 6, Bogotá, Colombia	0,00%	100%	Outras atividades científicas e técnicas
Biotoscana Uruguay S.A. (formerly Cufre S.A.)	Saldanha da Gama 3622, Office 311, Montevideo, Uruguai	0,00%	100%	Farmacêutica
Grupo Biotoscana Costa Rica S.R.L.	San Rafael de Escazú, Office 103, San José, Costa Rica	0,00%	100%	Farmacêutica
Grupo Biotoscana de Especialidad S.A. de C.V.	Jaime Nuno 1915, Guadalupe Inn, Distrito Federal, México	0,00%	100%	Farmacêutica
Grupo Biotoscana Panamá S.A.	Street 56 y 57 Este, Obarrio, Sortis Business Tower, Office 10 H, Panamá	0,00%	100%	Farmacêutica
Grupo Biotoscana S.L.U.	Cl Pradillo 5 Bajo Ext, Madrid, Espanha	100%	0,00%	Farmacêutica
Wisteny Trading S.A. (Ex Grupo Biotoscana S.A.)	Luis Bonavita 1294, Office 2004, WTC, Montevideo, Uruguai	0,00%	100%	Farmacêutica
Laboratorio Biotoscana Farma Ltda.	Av. Los Militares 5001, Floor 12, Comuna de las Condes, Santiago de Chile, Chile	0,00%	100%	Farmacêutica
Laboratorio DOSA S.A.	Girardot 1369, Buenos Aires, Argentina	0,00%	100%	Farmacêutica
Laboratorio LKM S.A.	Montevideo 589, Floor 4, Buenos Aires, Argentina	0,00%	100%	Farmacêutica
Latin American Pharma Company ETVE S.L.U.	Travessera de Gràcia 11, Floor 5, Barcelona, Espanha	0,00%	100%	Farmacêutica
LKM Bolivia S.A.	Arce 2132, La Paz, Bolivia	0,00%	100%	Farmacêutica
LKM Chile S.A.	Av. Los Militares 5001, Floor 12, Comuna de los Condes, Santiago de Chile, Chile	0,00%	100%	Farmacêutica
LKM Ecuador S.A.	Diego de Almagro 30-134, Quito, Equador	0,00%	100%	Farmacêutica
LKM Paraguay S.A.	Mainumby 2062, Fernando de la Mora, Paraguai	0,00%	100%	Farmacêutica
LKM Perú S.A.	Los Zorzaes 130, Lima, Perú	0,00%	100%	Farmacêutica
GBT - Grupo Biotoscana S.A. (Ex Perbal S.A.)	Luis Bonavita 1294, Office 2004, WTC, Montevideo, Uruguai	0,00%	100%	Farmacêutica
United Medical Distribution Ltda.	Al Dos Maracatins 1435, Office 104, São Paulo, Brasil	0,00%	100%	Farmacêutica
United Medical Ltda.	Av. dos Imarés 401, Bairro Moema, São Paulo, Brasil	0,00%	100%	Farmacêutica

(1) Não há alterações em subsidiárias e perímetro de consolidação em comparação com o exercício finalizado em de Dezembro 2018.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), tal como adotadas pela União Europeia e emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Essas normas não têm diferenças com as aprovadas pelo IASB.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de derivativos e propriedades para investimento, que foram mensurados ao valor justo.

A moeda funcional de cada entidade incluída no consolidado do Grupo é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. A moeda funcional do Biotoscana Investments S.A. é o Dólar norte-americano (US\$). A moeda de apresentação do Grupo é o Reais (BRL) e todos os números do BRL estão expressos em milhares.

Ativos e passivos monetários são convertidos para a moeda funcional de cada entidade à taxa de câmbio aplicável nas respectivas datas dos relatórios. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação das transações realizadas pelas empresas do Grupo e da conversão de ativos e passivos monetários para a moeda funcional de cada entidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Os resultados e posição financeira de cada entidade do Grupo (exceto nas subsidiárias na Argentina cuja economia foi considerada hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018) são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- i. Ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos à taxa de câmbio vigente na data do balanço
- ii. Receitas e despesas de cada demonstração do resultado e do resultado abrangente, são convertidas às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações iniciais ou da taxa média mensais (caso essa média seja uma aproximação plausível do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações)

As variações cambiais decorrentes da conversão dos resultados e da posição financeira de cada entidade incluída no consolidado do Grupo, são reconhecidas em "Variações cambiais na conversão de operações no exterior" em outros resultados abrangentes e levadas a um componente separado do patrimônio líquido.

2.1.1. IAS 29 "Relatório financeiro em economias hiperinflacionárias"

Com efeito a partir de 1º de julho de 2018, a economia argentina é considerada hiperinflacionária de acordo com os critérios do IAS 29 "Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias" ("IAS 29"). Esta Norma exige que as informações financeiras da entidade ou dos componentes cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, sejam mensuradas usando um índice de preços geral que reflita os câmbios no poder geral de compra. O índice de inflação utilizado na Argentina é um índice sintético com as seguintes características: i) para os períodos até 31 de dezembro de 2016, é utilizado o Índice de Preços ao Atacado (IPIM) e ii) para os períodos seguintes é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPC) para corrigir pela inflação os valores históricos. Além disso, devido à falta de índices nacionais em novembro e dezembro 2015, foi utilizado o Índice de Preços ao Consumidor de Buenos Aires (IPCCABA).

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Todos os itens do balanço patrimonial das subsidiárias argentinas devem ser segregados em itens monetários e não monetários. Itens monetários são unidades monetárias devedoras e ativos e passivos a serem recebidos ou pagos, em número fixo ou determinável de unidades monetárias. Esses itens monetários não são corrigidos porque já estão expressos em termos da unidade monetária atual. Durante um período inflacionário, qualquer entidade que tenha um excedente de ativos monetários sobre os passivos monetários perderá poder de compra, e qualquer entidade que tenha um excedente de passivos monetários sobre ativos monetários ganhará poder de compra, desde que esses ativos e passivos não estejam vinculados a um nível de preços. Os ganhos ou perdas resultantes da posição monetária líquida da subsidiárias argentinas está incluído o resultado.

Ativos e passivos não monetários (itens que não estão já expressos em termos da unidade monetária atual) serão corrigidos utilizando o índice de preços correspondente. Após a atualização do IAS 29 de ativos não monetários, é necessário considerar se o valor atualizado do ativo pode exceder seu valor recuperável. Adicionalmente, a aplicação do IAS 29 resulta na criação de diferenças temporárias pois o valor contábil dos ativos não monetários quando ajustado pela inflação, não possui o mesmo ajuste para fins fiscais; o efeito de tal diferença temporária é um passivo fiscal diferido que precisa ser reconhecido no resultado.

As subsidiárias na Argentina, cuja moeda funcional e a moeda de uma economia hiperinflacionária, devem primeiro mensurar os resultados e posição financeira de acordo com a IAS 29 e depois são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- i. Todos os valores nas demonstrações financeiras (excluindo os comparativos) são convertidos utilizando a taxa de câmbio na data do balanço.
- ii. A demonstração do resultado foi apresentada com reapresentação de cada linha de acordo com a norma IAS 29 até o final do período e conversão do valor correspondente em reais com base taxa de câmbio no final do período.
- iii. Os valores comparativos nas demonstrações financeiras consolidadas são aqueles apresentados como valores do ano corrente nas demonstrações financeiras do ano anterior (ou seja, não ajustados para alterações subsequentes no nível de preços ou taxas de câmbio). Isso resulta em diferenças entre o patrimônio líquido do ano anterior e o patrimônio de abertura do ano corrente e, como escolha de política contábil, essas mudanças são apresentadas a seguir: (a) a reavaliação, na data de aplicação inicial, o IAS 29 como ajuste ao patrimônio e (b) a conversão conforme a IAS 21 "Efeito da mudança nas taxas de câmbio na conversão das demonstrações contábeis" como diferença de câmbio na conversão de operações estrangeiras em outras receitas (perdas) nas demonstrações do resultado abrangente.

Os principais efeitos nos saldos iniciais de acordo com a IAS 29 são os seguintes:

- a) Efeito nos saldos iniciais (1 de janeiro 2018, data inicial da aplicação)

	Patrimônio líquido Aumento (Diminuição)
Intangível	74.434
Imobilizado	9.064
Impostos diferidos ativos	(4.726)
Estoques	6.057
	<u>84.829</u>

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

- b) (Prejuízo) Ganho na posição monetária líquida pela exposição à inflação no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Contas a receber de clientes e outros créditos	(43.889)	(29.068)
Outros ativos	(1.785)	(447)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.425)	(3.987)
Provisões	1.413	4.564
Dívida financeira e empréstimos	23.456	32.215
Fornecedores	15.787	5.949
Salários e obrigações trabalhistas	3.942	3.585
	<u>(2.501)</u>	<u>12.811</u>

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2019. O controle é alcançado quando o Grupo é exposto a, ou tem direito a retornos variáveis do seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e somente se, o Grupo tiver:

- Poder sobre a investida (ou seja, direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de orientar as atividades relevantes da investida)
- Exposição a, ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida
- Capacidade de usar esse poder sobre a investida para afetar seus retornos.

Geralmente, há a presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para apoiar essa presunção e quando o Grupo tem menos do que a maioria dos direitos de voto ou direitos similares de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares com direito a voto da investida
- Direitos decorrentes de outras disposições contratuais
- Os direitos de voto do Grupo e os potenciais direitos de voto

O Grupo reavalia se detém ou não o controle em uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a mudança em um ou mais de um dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando o Grupo obtém o controle sobre a controlada e termina quando o Grupo perde o controle sobre a controlada. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtém o controle até a data em que o Grupo deixa de controlar a controlada.

O lucro ou prejuízo e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora do Grupo e às participações de não controladores, mesmo se isso resultar prejuízos aos acionistas de não controladores. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Uma mudança na participação em uma controlada, com ou sem a perda de controle, é contabilizada como uma transação patrimonial.

Se o Grupo perde o controle de uma controlada, ele deixa de reconhecer os ativos (incluindo ágio), passivos, participação de não controladores e outros componentes do patrimônio líquido, enquanto que qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido ao valor justo.

O Grupo possui 100% de participação em suas controladas atuais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Combinações de negócio e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, exceto aquelas que estão sob controle comum que são contabilizados pelo uso do método de combinação de participações ("pooling of interest method"). O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é mensurada com base no valor justo na data da aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o Grupo escolhe entre mensurar a participação de não controladores na adquirida ao valor justo ou com base na parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são registrados como despesas de "Reorganização, integração e aquisição".

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos principais pela adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. A contraprestação contingente classificada como um ativo ou passivo que é um instrumento financeiro é mensurado ao valor justo com as variações no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo (sendo o excedente da soma da contraprestação transferida e o montante reconhecido para participações de não controladores e qualquer participação anterior nos ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é maior do que a soma da contraprestação transferida, o Grupo reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os montantes a serem reconhecidos na data da aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excedente do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a soma da contraprestação transferida, então o ganho é reconhecido no resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Para fins de teste de "impairment", o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo, que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando o ágio for atribuído a uma unidade geradora de caixa (UGC) e uma parcela dessa unidade for é alienada, o ágio associado à operação alienada deve ser incluído no valor contábil da operação na determinação do ganho ou perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos da operação alienada e a parcela da unidade geradora de caixa é retida.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

As combinações de negócio de entidades sob controle comum são contabilizadas pelo método de combinação de participação (contabilidade do predecessor ou “pooling of interest method”). Sob este método, os ativos e passivos das entidades combinadas são refletidos por seus valores contábeis e o novo ágio não é reconhecido. Qualquer diferença entre a contraprestação transferida e o patrimônio líquido adquirido é refletida no patrimônio líquido como “transação com acionistas”.

b) Classificação entre circulante e não circulante

O Grupo apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo é considerado circulante quando:

- Se espera que seja realizado ou vendido ou consumido durante o ciclo operacional normal (doze meses)
- Mantido principalmente para fins de negociação
- Se espera que seja realizado dentro de doze meses da data do balanço patrimonial

Ou

- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que não possam ser trocados ou utilizados para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço patrimonial.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é considerado circulante quando:

- Se espera que seja liquidado no ciclo operacional normal (doze meses)
- Seja mantido principalmente para fins de negociação
- Vence dentro de doze meses após a data do balanço patrimonial

Ou

- Não há um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço patrimonial

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

Impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não circulantes.

c) Mensuração ao valor justo

O Grupo mensura os instrumentos financeiros, tais como derivativos, ao valor justo na data de cada balanço patrimonial.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração ao valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre:

- No mercado principal para o ativo ou passivo

Ou

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo

O mercado principal ou o mais vantajoso devem ser acessíveis pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado utilizando as suposições que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou passivo, supondo que os participantes do mercado irão agir no seu melhor interesse econômico.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

A mensuração ao valor justo de um ativo não-financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que usaria o ativo no seu maior e melhor uso.

O Grupo utiliza a técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo, descrita abaixo, baseada nos dados de nível mais baixo que são significativos para a mensuração ao valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais os dados de nível mais baixo significativos para a mensuração ao valor justo são diretos ou indiretamente observáveis.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais os dados de nível mais baixo significativos para a mensuração ao valor justo não são observáveis.

Para ativos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas ao valor justo em uma base recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre os níveis na hierarquia reavaliando a categorização (baseada nos dados de mais baixo significativos para a mensuração ao valor justo como um todo) na data do balanço patrimonial. Nenhuma transferência dessa natureza ocorreu durante o exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determina classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia de valor justo, como explicado acima.

d) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na medida em que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para o Grupo e a receita possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, levando em consideração as condições de pagamento contratualmente definidas e excluindo impostos ou taxas.

O Grupo concluiu que, exceto em determinados casos específicos, é o principal em toda a suas modalidades de receitas, possui a variação de preços e também está exposto a riscos de crédito e de estoques. O Grupo tem em certas ocasiões o direito de devolver estoques vencidos a certos fornecedores. No entanto, esse evento é considerado imaterial e não afeta o risco geral dos estoques ao qual o Grupo está exposto.

Além disso, o Grupo tem determinados contratos com terceiros para atuar como agente nas vendas de produtos para outros, em troca de um honorário ou comissão, e não controla os produtos ou serviços por algum período, e não tem nenhum risco de cobrança. A obrigação de desempenho do agente é acertar para que outros terceiros providenciem os produtos ao cliente.

Os critérios específicos de reconhecimento descritos abaixo também devem ser atendidos antes do reconhecimento da receita.

Venda de produtos

A receita da venda de produtos, tanto os produtos fabricados pela Companhia e aqueles negociados sob contratos de licença, é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos para o comprador, normalmente na entrega dos produtos. A receita da venda de produtos é

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de devoluções, bonificações ou descontos.

Comissões de vendas

A receita de comissões de vendas é reconhecida uma vez que a obrigação de desempenho para organizar as vendas é executada. O custo das atividades relacionadas é de natureza comercial e são registrados em “despesas de vendas e marketing”.

Vendas de produtos em acordos do tipo faturar e aguardar (bill-and-hold)

Em certos casos, a receita de vendas de produtos é reconhecida mesmo quando os produtos correspondentes ainda não foram entregues, nos casos de vendas com método de entrega diferida (comumente conhecida como acordo do tipo faturar e aguardar), solicitado especificamente pelo respectivo cliente, contanto que ele assuma expressamente a transferência da propriedade dos respectivos produtos, juntamente com todos os riscos e benefícios associados. Nessas situações, a operação da venda é documentada de maneira a refletir adequadamente o acordo do tipo faturar e aguardar e todos os seus termos e condições. Após um acordo do tipo faturar e aguardar, a Companhia torna-se um simples custodiante dos produtos vendidos e deve entregá-las assim que receber a solicitação do cliente, sem deter os riscos ou benefícios associados à propriedade desses produtos a partir desse momento.

As obrigações de execução em acordos do tipo faturar e aguardar envolvem a transferência da propriedade dos produtos vendidos e os serviços de custódia e transporte até que o cliente solicite a entrega física. No momento do faturamento, a receita relacionada é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, bonificações e descontos, após excluir do preço de venda a parcela referente a serviços de custódia e transporte. Essa parte do preço da venda é subsequentemente acumulada durante o tempo decorrido desde o faturamento até a entrega física final, juntamente com os custos relacionados.

e) Impostos

Imposto de renda corrente

Impostos de renda correntes ativos e passivos são mensurados ao valor que se espera seja recuperado de, ou pago a autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis fiscais usadas para calcular o valor são aquelas que foram promulgadas ou que tenham sido substantivamente promulgadas na data do balanço patrimonial nos países onde o Grupo opera e gera lucros tributáveis.

O imposto de renda corrente relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

A Administração avalia periodicamente as posições adotadas nas declarações de impostos no que diz respeito a situações em que os regulamentos fiscais aplicáveis estão sujeitos a interpretação e estabelece provisões sempre que apropriado.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são constituídos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatório financeiro na data do balanço patrimonial.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

- Quando o imposto diferido passivo for proveniente do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo tributável
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e "joint ventures", quando a época da reversão das diferenças temporárias puder ser controlada e for provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível

De acordo à nova reforma tributária introduzida na Argentina, houve uma redução no imposto de renda no período iniciado em 1 de janeiro de 2018, mas foi implementado um imposto adicional de 7% para dividendos relacionados a lucro gerados em 2018 em diante. Há também outras jurisdições onde o Grupo opera por meio de diferentes subsidiárias que impuseram um imposto adicional para retenção quando os dividendos forem enviados das subsidiárias para o Controladora.

Com base no cumprimento dos requisitos da IAS 12 para aplicar uma das exceções mencionadas acima, o Grupo não reconheceu um passivo fiscal diferido relacionado aos lucros não distribuídos de subsidiárias na Argentina e Peru, considerando os planos atuais para não declarar ou pagar dividendos intragrupo e para o reinvestimento dos rendimentos intragrupo não distribuídos relacionados em cada subsidiária.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, o saldo transportado de créditos fiscais não utilizados e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis e o saldo transportado de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível for proveniente do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo tributável
- Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, coligadas e "joint ventures", os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil do imposto diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo possa ser utilizado. Impostos diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados em cada data do balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o imposto diferido ativo seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às alíquotas aplicáveis no ano em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas e na legislação tributária vigente na data de cada balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Impostos diferidos relativos aos itens reconhecidos fora do resultado são reconhecidos fora do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos em correlação com a transação subjacente em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando houver um direito legal de compensar impostos correntes ativos com impostos correntes passivos e os impostos diferidos se refiram à mesma entidade tributável e à mesma autoridade fiscal.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Impostos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas na compra de bens ou serviços não é recuperável através da autoridade fiscal, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme aplicável
- Quando os valores a receber e a pagar são indicados com o valor do imposto sobre vendas incluído

O valor líquido do imposto sobre as vendas recuperável, ou a pagar a, autoridade fiscal é incluído como parte de outras contas a receber ou impostos a pagar no balanço patrimonial.

f) Moedas estrangeiras

A moeda funcional da controladora é o US\$. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são apresentadas em milhares de Reais.

Para cada entidade, o Grupo determina a moeda funcional para medir os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade usando essa moeda funcional. O Grupo usa o método direto de consolidação e na alienação de uma operação no exterior, o ganho ou perda que é reclassificado para lucro ou prejuízo reflete o valor resultante do uso desse método.

Exceto pela GBT - Grupo Biotoscana S.A., Wisteny Trading S.A., Grupo Biotoscana Panamá S.A. e as empresas holding intermediárias (Grupo Biotoscana S.L.U., Latin American Pharma Company ETVE S.L.U.), em que a moeda funcional é US\$, as outras subsidiárias usam a moeda local como moeda funcional.

i) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são inicialmente reconhecidas pelas entidades do Grupo em suas respectivas taxas à vista na moeda funcional na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à vista da moeda funcional na data do balanço.

As diferenças resultantes em liquidação ou conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado.

Os itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações iniciais. Veja Nota 2.1.1 em relação à mensuração subsequente dos itens não monetários relacionados às subsidiárias cuja moeda funcional seja de uma economia considerada hiperinflacionária.

O lucro (prejuízo) devido à conversão de todos os saldos denominados em moeda estrangeira (relacionadas a transações comerciais, não comerciais e/ou financeiras) para a moeda funcional são reconhecidos na rubrica "Despesas financeiras" do balanço patrimonial como "Despesas cambiais líquidas".

ii) Empresas do grupo

Na consolidação, os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (BRL) à taxa de câmbio vigente na data do balanço e suas demonstrações do resultado são convertidas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações (exceto nas subsidiárias cuja moeda funcional seja de uma economia considerada hiperinflacionária, que são convertidas conforme explicado na Nota 2.1.1). As variações cambiais decorrentes de conversão para consolidação são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Na baixa

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

de uma operação no exterior, o componente de outros resultados abrangentes relativos a essa operação no exterior em particular é reclassificado para lucro ou prejuízo.

Qualquer ágio na aquisição de uma operação no exterior e quaisquer ajustes de valor justo ao valor contábil de ativos e passivos provenientes da aquisição são tratados como ativos e passivos da operação no exterior, medido na respectiva moeda funcional, e convertidos à taxa de câmbio na data do balanço.

g) Ativos mantidos para venda

Uma entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se seu valor contábil será recuperado principalmente através de uma transação de venda em vez de através de uso continuado.

Para isso, o ativo deve estar disponível para venda imediata em sua condição atual apenas em termos que são habituais e costumeiros para a venda de tais ativos e a sua venda deve ser altamente provável.

Para a venda a seja altamente provável, o nível adequado de gestão deve ser firmado em um plano para vender o ativo e um programa ativo para encontrar um comprador e concluir o plano deve ter sido iniciado. Além disso, o ativo deve estar disponível para venda a um preço razoável em relação ao seu valor justo atual.

Ativos que atendam aos critérios para classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e valor justo menos custos de venda, e a depreciação sobre esses bens cessa.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

h) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perda por "impairment", quando necessário. No caso do imobilizado de uma subsidiária cuja moeda funcional seja de uma economia considerada hiperinflacionária, o custo é corrigido e convertido em moeda de apresentação, de acordo com os critérios mencionados na Nota 2.1.1. O custo de um item do ativo imobilizado adquirido em uma combinação de negócios é seu valor justo na data da aquisição.

Quando uma inspeção de grande porte é realizada, seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado como uma substituição, desde que os critérios de reconhecimento sejam atendidos. Todos os outros custos de reparo e manutenção são reconhecidos em lucro ou prejuízo durante o período em que são incorridos.

A depreciação é calculada em base linear com base na vida útil estimada dos ativos. O Grupo determinou as seguintes vidas úteis que são razoáveis e consistentes com as práticas do setor e que foram aplicados de forma consistente durante 2019 e 2018:

	<u>Vida útil</u>
Edificações	20 anos
Máquinas e equipamentos	5-10 anos
Equipamentos de processamento de informações	5 anos
Equipamento de escritório	10 anos
Veículos	5 anos

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação do imobilizado são revisados no final de cada ano fiscal e ajustados de forma prospectiva, se apropriado.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Um item do imobilizado e qualquer parte significativa inicialmente reconhecida é baixado quando da alienação ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, quando o ativo é baixado.

i) Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo aplicou a IAS 17 “Arrendamentos” para registrar transações de arrendamento. A partir de 1º de janeiro de 2019, a IAS 17 é substituída pela IFRS 16 “Arrendamentos”. Veja Nota 2.4.a) para ver uma descrição dos impactos da aplicação desta nova norma.

j) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos, exceto quando são atribuíveis a ativos elegíveis para sua capitalização de acordo com IAS 23.

k) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para obter rendas e são inicialmente medidas pelo seu custo. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mantidas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte. O valor justo reflete, entre outras, receitas provenientes de arrendamentos correntes e outros pressupostos que participantes do mercado utilizariam na precificação de propriedade para investimento sob condições correntes de mercado. O ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento deve ser reconhecido no resultado do período em que ocorra.

l) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo. No caso de ativos intangíveis de uma subsidiária cuja moeda funcional seja de uma economia considerada hiperinflacionária, o custo é corrigido e convertido em moeda de apresentação, de acordo com os critérios mencionados na Nota 2.1.1. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados ao custo menos qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por ‘impairment’. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e as respectivas despesas são refletidas em lucro ou prejuízo no período em que as despesas são incorridas

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante a vida econômica útil e avaliados com relação ao “impairment” sempre que houver uma indicação de “impairment” do ativo intangível. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados pelo menos na data do balanço. Mudanças na vida útil esperada ou no padrão de consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são consideradas para alterar o período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no balanço patrimonial na categoria de despesas, que é consistente com a função dos ativos intangíveis.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. A carteira de clientes e as licenças e marcas comerciais são amortizadas entre 5 e 15 anos, dependendo dos termos atribuídos pelos direitos contratuais. Custos de Pesquisas e desenvolvimento, são amortizadas entre 3 e 10 anos. As vidas úteis mencionadas foram consistentemente aplicadas durante 2019 e 2018.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação ao “impairment”, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se a vida útil continua a ser indefinida. Caso negativo, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita prospectivamente.

Os ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado.

Licenças e marcas comerciais

O Grupo fez pagamentos ou incorreu em despesas para adquirir licenças para venda e distribuição de medicamentos de uso humano e/ou para ter propriedade de um registro específico e sua marca comercial. As licenças foram concedidas para períodos entre 5 e 15 anos. As vidas úteis mencionadas foram consistentemente aplicadas durante 2019 e 2018. Elas são mensuradas inicialmente ao seu custo e amortizadas utilizando o método linear durante a vida útil determinada que, no caso de licenças, não excedam o período da licença. Após o reconhecimento inicial, as licenças e marcas comerciais são demonstradas ao custo menos qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por ‘impairment’, se tiver.

Este tipo de acordo estabelece pagamentos adicionais de acordo com certas metas. Considerando que os pagamentos iniciais e os pagamentos relativos as metas fazem parte da compensação total a ser paga pelos direitos de licença, o valor contábil do ativo intangível deve ser ajustado em uma base de recuperação cumulativa como se o valor adicional que já não fosse contingente tivesse sido acumulado desde o início do acordo quando a obrigação foi estabelecida. Consequentemente, no momento em que o pagamento relativo a meta for provável que será pago, a Companhia terá que reconhecer imediatamente a despesa do pagamento pelo tempo decorrido e capitalizar o restante do pagamento e amortizar durante o período restante.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Custos de pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Gastos com desenvolvimento em um projeto individual são reconhecidas como um ativo intangível quando o Grupo puder demonstrar:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que o ativo esteja disponível para uso ou venda.
- A sua intenção de completar e sua capacidade e intenção de usar ou vender o ativo
- Como o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de recursos para concluir o ativo
- A capacidade de mensurar de forma confiável as despesas durante o desenvolvimento

Após o reconhecimento inicial dos gastos com desenvolvimento como um ativo, o ativo é demonstrado ao custo, menos qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por “impairment”. A amortização do ativo começa quando o desenvolvimento estiver concluído e o ativo disponível para uso. O ativo é amortizado durante o período de benefícios futuros esperados.

m) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como “Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)” ou “Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)”.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Esta categoria geralmente se aplica a contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Um derivativo que faz parte de um contrato híbrido contém um ativo financeiro não é contabilizado separadamente. O ativo financeiro com o derivativo é necessário serem classificados na sua totalidade como um ativo financeiro com valor justo por lucro ou prejuízo.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros similares) é principalmente baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial consolidado do Grupo) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado
- Ou
- O Grupo tiver transferido os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver assumido uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não tiver transferido nem retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas tiver transferido o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de "repasse", ele avalia se, e em que medida, manteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não tiver transferido nem retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem tiver transferido o controle sobre o ativo, ele continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação que o Grupo poderia ser obrigado a pagar.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("Impairment")

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem indicações de "impairment". Uma "impairment" existe se um ou mais eventos que ocorreram desde o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda" incorrido) tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Evidências de "impairment" podem incluir indicações de que os devedores ou um grupo de devedores está enfrentando dificuldades financeiras significativas, atraso ou inadimplência nos pagamentos de juros ou principal, a probabilidade de que eles irão entrar em falência ou outra reorganização financeira e outros dados observáveis indicando que há uma diminuição mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados, tais como mudanças em atrasos ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplência.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos, contas a pagar a fornecedores ou como derivativos designados como instrumentos de hedging em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e, no caso de empréstimos e contas a pagar a fornecedores, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende da sua classificação. O Grupo não possui passivos financeiros classificados como "ao valor justo por meio do resultado" ou "instrumentos de hedging em um hedge efetivo".

Passivos financeiros e empréstimos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos com incidência de juros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em lucro ou prejuízo quando os passivos são baixados bem como através do processo de amortização de taxa de juros efetiva.

Custo amortizado é calculado tomando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Esta categoria geralmente se aplica a passivos financeiros e empréstimos com incidência de juros.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em condições substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratado como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial consolidado se há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, para realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado e ativos financeiros com incidência de juros classificados como disponíveis para venda, a receita de juros é registrada com base na taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou por um período mais curto, quando apropriado, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na receita financeira na demonstração do resultado.

n) Instrumentos financeiros derivativos – contabilização de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Grupo pode utilizar instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos futuros de moeda e swaps de taxa de juros, para cobrir parcialmente seus riscos de moeda estrangeira e riscos de taxa de juros, respectivamente. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente reavaliados ao valor justo.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Derivativos são reconhecidos como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo de derivativos são reconhecidos diretamente no resultado, exceto pela parcela efetiva de hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida em outros resultados abrangentes e subsequentemente reclassificada para lucro ou prejuízo quando o item de hedge afeta o lucro ou prejuízo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo aplicou contabilidade de cobertura, e designou “non-deliverable forwards” (NDF) de moeda estrangeira para cobertura de compras previstas de estoques altamente prováveis em USD. As compras estimadas se espera que ocorram em dezembro de 2019

No início de uma operação de hedge, o Grupo formalmente designa e documenta a operação de hedge para a qual deseja aplicar a contabilização de hedge e o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedging, o item ou transação coberta, a natureza do risco sendo coberto e a forma como a entidade irá avaliar a eficácia das variações no valor justo do instrumento de hedging na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados continuamente para determinar se eles realmente têm sido altamente eficazes em todos os períodos do relatório financeiro para os quais foram designados.

o) Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. No caso dos estoques de uma subsidiária cuja moeda funcional seja de uma economia considerada hiperinflacionária, o custo é corrigido e convertido em moeda de apresentação, de acordo com os critérios mencionados na Nota 21.1.

Custos incorridos para trazer cada produto à sua localização e condição atuais são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas: O custo de compra em uma base de primeiro a entrar, primeiro a sair (“FIFO, first in first out”)
- Produtos acabados e produtos em elaboração: custo de materiais diretos como mencionado para “Matérias-primas”. Mão de obra e uma parte dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos, considerando o estágio atual do processo de produção de “produtos em elaboração”
- Outros estoques: O custo de compra em base de primeiro a entrar, primeiro a sair (“FIFO”).

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

p) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O Grupo avalia, na data do balanço, se há uma indicação de “impairment” do ativo. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de “impairment” de um ativo é necessário, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo corresponde ao maior valor entre o valor justo de um ativo ou UGC menos os custos da alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere fluxos de caixa que sejam em grande parte independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado como com indicação de “impairment” e é reduzido ao seu valor recuperável.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Na determinação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente à taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

O Grupo baseia o seu cálculo de “impairment” em orçamentos detalhados e cálculos de previsão, que são preparados separadamente para cada uma das UGCs do Grupo para a qual os ativos individuais são alocados.

Perdas por “impairment” de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa que são consistentes com a função do ativo com indicação de “impairment”, exceto para propriedades reavaliadas anteriormente com a reavaliação reconhecida em outros resultados abrangentes. Para tais propriedades, o “impairment” é reconhecido em outros resultados abrangentes até o valor de qualquer reavaliação anterior.

Para ativos não-financeiros exceto ágio, uma avaliação é feita em cada data do balanço para determinar se há uma indicação de que as perdas por “impairment” anteriormente reconhecidas não existem mais ou diminuíram. Se houver tal indicação, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou UGC. Perda por “impairment” anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma alteração nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por “impairment” foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por “impairment” tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Tal reversão é reconhecida na demonstração do resultado, a menos que o ativo seja reconhecido a um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um incremento de reavaliação.

O ágio é testado para fins de “impairment” anualmente e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. O “impairment” é determinado para o ágio avaliando-se o valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGCs) a qual se refere o ágio. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, uma perda por “impairment” é reconhecida. As perdas por “impairment” relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

q) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e depósitos de curto prazo no balanço patrimonial compreendem saldos de caixa, depósitos de curto prazo com vencimento de três meses ou menos da data do contrato, que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Para fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem de saldos de caixa e depósitos de curto prazo, como definidos acima, líquidos de contas garantidas já que são considerados como parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos compreendendo benefícios econômicos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Quando o Grupo espera que uma parte ou a totalidade do valor de uma provisão seja reembolsado, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado somente quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, as provisões são descontadas usando uma taxa antes de impostos que reflita, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando o desconto for usado, o aumento na provisão em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

s) Ações em tesouraria

O Grupo reconheceu suas próprias ações (Ações em tesouraria) como conta redutora do patrimônio. Nenhum lucro ou perda relativo a esses instrumentos é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais da própria entidade, na demonstração do resultado. A Nota 16 fornece mais detalhes sobre o programa de recompra de ações.

Pagamentos baseados em ações

Empregados do Grupo (inclusive os executivos sêniores) recebeu suas remunerações em forma de pagamentos baseados em ações, até 29 de novembro de 2019.

Transações liquidadas em instrumentos patrimoniais

Os custos por transações liquidadas em instrumentos patrimoniais são determinados pelo valor nominal na data de outorga utilizando um modelo de avaliação apropriado; maiores informações estão na Nota 19.

Os custos são reconhecidos em "Salários e encargos sociais" junto com um incremento no patrimônio (outras reservas de capital), pelo período no qual o serviço, e se for aplicável, as condições de desenvolvimento são cumpridas (período de aquisição de direitos). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito nas demonstrações financeiras de perdas ou lucros do período representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Não são consideradas as condições de serviços nem as atuações não comerciais ao determinar o justo valor dos prêmios na data de concessão, mas as probabilidades das condições serem satisfeitas são avaliadas como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado são reconhecidas dentro do valor justo na data em que foram outorgados. Qualquer outra condição anexada ao prêmio, mas sem um requerimento de serviço associados, são consideradas condições de não aquisição. As condições de não aquisição são reconhecidas no valor justo de um prêmio e levam imediatamente a uma despesa do prêmio a menos que também hajam condições de serviço e/ou de desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que finalmente não sejam adquiridos porque as condições de desempenho e/ou de serviços não relacionados com o mercado não forem satisfeitas. Se os prêmios incluem condições de mercado ou de não aquisição, as transações são consideradas como adquiridas independentemente se as condições de mercado ou de não aquisição são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou de serviços sejam satisfeitas.

Se os termos de um prêmio liquidado em títulos patrimoniais forem modificados, a despesa mínima reconhecida corresponde ao valor justo na data que forem outorgados os prêmios não modificados, desde que os termos originais do prêmio sejam satisfeitos. Uma despesa adicional, mensurada na data de sua alteração, é reconhecida para qualquer modificação que aumente o valor justo total da transação com pagamento baseado em ações, ou for de qualquer outro benefício para o empregado. Se um prêmio for cancelado pela entidade ou por uma contraparte, qualquer elemento restante do valor justo do prêmio deve ser imediatamente reconhecido como uma despesa nas demonstrações do resultado. Os prêmios forma cancelados durante novembro 2019. Os efeitos do cancelamento são descritos em Nota 19.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

2.4. Alterações nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas, interpretações e alterações adotadas pelo Grupo

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são consistentes com aquelas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção das novas normas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que foi emitida, mas ainda não está em vigor.

O Grupo aplicou em 2019, pela primeira vez, a IFRS 16 Arrendamentos. A natureza e o impacto dessas alterações são descritos no tópico a seguir.

Diversas outras alterações e interpretações são aplicáveis pela primeira vez em 2019, mas não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 16 Arrendamentos

O IFRS 16 substituiu as seguintes normas contábeis: IAS 17 Arrendamentos, IFRIC 4 Determinação se um Acordo Contém um Arrendamento, SIC-15 Arrendamentos Operacionais-Incentivos e SIC-27 Avaliação da Essência de Transações Envolvendo a Forma Legal de um Arrendamento.

O IFRS 16 estabelece os principais elementos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, e requer que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos em um único modelo de balanço patrimonial.

O Grupo adotou em 2019 o IFRS 16, aplicando o método retrospectivo modificado com data de adoção inicial 1º de janeiro de 2019. O Grupo escolheu utilizar o expediente prático de transição permitindo que a norma seja aplicada unicamente aos contratos previamente identificados como arrendamento seguindo a IAS 17 e IFRIC 4, na data do início da adoção. Além disso o Grupo escolheu utilizar as isenções para arrendatários relativas aos contratos de arrendamento pelos quais os prazos iniciais de arrendamento se encerram em 12 meses ou menos e não contem opção de compra (arrendamento a curto prazo), e contratos de arrendamento de ativos de baixo valor (ativos de “baixo valor”).

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Os impactos da adoção da IFRS 16 são os seguintes:

Impacto no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019

	1º de janeiro de 2019
ATIVO	
Ativo não circulante	
Direito de uso	25.820
Imobilizado	(290)
Passivo	
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	18.397
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento	7.423

Não há um impacto significativo na demonstração do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa e lucros por ação básico e diluído.

a) Natureza do efeito de adoção do a IFRS 16

O Grupo possui contratos de arrendamento para itens de diversas naturezas. Antes de adotar a IFRS 16, no início de cada contrato, o Grupo classificava cada um de seus arrendamentos (como arrendatário) entre arrendamentos financeiros ou arrendamentos operacionais. O arrendamento era classificado como arrendamento financeiro se todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo arrendado fossem substancialmente transferidos ao Grupo; caso contrário era classificado como arrendamento operacional. Arrendamentos financeiros eram capitalizados no início do contrato de arrendamento por seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos mínimos pagamentos de arrendamento. Pagamentos de arrendamento eram distribuídos entre juros e redução do passivo de arrendamento. Em arrendamentos operacionais, os bens arrendados não eram capitalizados e os pagamentos de arrendamentos eram reconhecidos como custo na demonstração do resultado em uma base linear durante o período do contrato de arrendamento.

Após a adoção da IFRS 16, o Grupo aplicou um único reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos do que é arrendatário exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de menor valor. O Grupo reconheceu passivos de arrendamento para fazer pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso representando o direito de uso dos ativos subjacentes.

Arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros

O Grupo não mudou o valor contábil inicial dos ativos e passivos reconhecidos na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros (isto é, ativos de direito de uso e passivos de arrendamento equivalentes aos ativos e passivos reconhecidos conforme IAS 17).

Arrendamentos anteriormente contabilizados como arrendamentos operacionais

O Grupo reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de menor valor. Ativos de direito de uso para a maioria dos arrendamentos foram reconhecidos baseados no valor contábil como se a norma sempre tivesse sido aplicada desde o início do

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

contrato, assim como o uso da taxa incremental de empréstimo na data de início da aplicação. Em alguns arrendamentos, os ativos de direito de uso foram reconhecidos baseados num valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados ou pré-pagamentos anteriormente reconhecidos. Passivos de arrendamento foram reconhecidos baseados no valor presente dos pagamentos de arrendamentos restantes, descontados pela taxa incremental de empréstimo na data de início da aplicação.

Com base no exposto acima, em 1º de janeiro de 2019:

- Ativos de direito de uso de BRL 25.820 foram reconhecidos e apresentados separadamente no balanço patrimonial. Os ativos de arrendamentos reconhecidos anteriormente como arrendamentos financeiros de BRL 290 e incluídos em imobilizado foram reclassificados para ativos de direito de uso.
- Passivos de arrendamento adicionais de BRL 25.820 foram reconhecidos e incluídos na rubrica de dívida financeira e empréstimos financeiros circulante e não circulante.
- A taxa incremental de empréstimo foi calculada por país e por contrato, levando em consideração as diferentes circunstâncias. A média das taxas utilizadas foi de aproximadamente 5,5%.

b) Resumo de novas políticas contábeis devido à adoção do e IFRS 16

Ativo de direito de uso

O Grupo reconheceu ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (isto é, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Ativos de direito de uso são mensurados pelo valor de custo menos a depreciação acumulada e perdas por perda de valor recuperável, e ajustados por qualquer mensuração do passivo de arrendamento. No caso de ativos de direito de uso relacionados a subsidiárias localizadas em países declarados hiperinflacionários, o custo foi reavaliado de acordo com a IAS 29. O custo dos ativos de direito de uso inclui o montante do passivo de arrendamento reconhecido, custos iniciais diretos incorridos e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes ou na data de início menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. A menos que o Grupo esteja razoavelmente certo de obter a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo de arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados em base linear pelo período mais curto entre sua vida útil estimada e o prazo do arrendamento. Ativos de direito de uso estão sujeitos a análise de perda no valor recuperável.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconheceu passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento pelo prazo do contrato de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância) menos qualquer concessão de incentivos a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou de uma taxa, e valores a pagar como garantias de valor residual. Pagamentos de arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra se, o Grupo estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de penalidades por rescisão de contrato, se o prazo do arrendamento reflete o exercício do Grupo da opção de rescindir. Pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou condição que originou o pagamento ocorrer.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamentos, o Grupo utiliza a taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, se a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser determinada facilmente. Após a data de início, o montante do passivo de arrendamento é atualizado para refletir o aumento dos juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é revisado se houver uma alteração ou mudança no prazo de arrendamento, uma

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

mudança dos pagamentos de arrendamento fixos em substância ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor.

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo para alguns contratos de curto prazo de arrendamento, isto é, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos da data de início e não incluem opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor para os arrendamentos de equipamento de escritório considerados. Pagamentos de arrendamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas em base linear durante o período do contrato.

c) *Montantes reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados devida à adoção do a IFRS 16*

O valor contábil dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento do Grupo, e os movimentos do período são os seguintes:

	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento
Em 1º de janeiro de 2019	25.820	25.820
Adições	2.234	2.234
Despesas de depreciação	(8.243)	-
Despesas de juros	-	2.357
Pagamentos	-	(10.640)
Diferenças na conversão do cambio	1.005	(1.513)
Em 31 de dezembro de 2019	20.816	18.258
Circulante	-	4.535
Não circulante	20.816	13.723

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado em 30 de setembro de 2019, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2019
Depreciação do ativo de direito de uso	(8.243)
Juros de passivo de arrendamento	(2.357)
Outros arrendamentos e aluguéis	(105)
	(10.705)

Interpretação IFRIC 23 “Incertezas sobre o Tratamento dos Tributos sobre a Renda”

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos. A Interpretação aborda especificamente as seguintes questões:

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

- Se uma entidade considera incertezas quanto a tratamentos fiscais de forma separada
- Os pressupostos adotados por uma entidade quanto ao exame dos tratamentos tributários por parte de autoridades fiscais
- De que forma uma entidade apura seu lucro tributável (prejuízo fiscal), bases de cálculo dos tributos, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto
- De que maneira uma entidade trata de mudanças nos fatos e circunstâncias

A entidade deve determinar se deve considerar cada incerteza quanto ao tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com uma ou mais incertezas em tratamentos fiscais. Deve ser adotada a abordagem que melhor prediz a resolução da incerteza. A interpretação passa a vigorar para os períodos de apresentação de relatório anual iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, estando disponíveis alguns facilitadores para a transição. O Grupo aplica interpretação a partir de sua data de vigência.

Esta Interpretação não tem um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017

IFRS 3 Combinações de negócios

As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A entidade aplica essas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Essas alterações não tiveram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo dado que não há nenhuma combinação de negócios durante o período.

IFRS 11 Empreendimento em Conjunto

Uma parte que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação em conjunto, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição da IFRS 3. As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação em conjunto não serão reavaliadas.

A entidade deve aplicar estas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Essas alterações não tiveram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo dado que não há nenhuma operação em conjunto.

IAS 12 Tributos sobre o Lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

A entidade aplica essas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a entidade deve aplicá-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo.

Não houve nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo como resultado das mudanças descritas anteriormente. Veja Nota 20 para obter mais informações relacionadas ao cálculo do imposto de renda e do imposto de renda diferido.

IAS 23 Custos de empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade trata como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

As alterações aos custos de empréstimos incorridos deverão ser adotadas a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. Essas alterações são aplicáveis a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

O Grupo não tem custos de empréstimos contraídos para desenvolver um ativo qualificável. Consequentemente essas alterações não tiveram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores reconhecidos de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, e a divulgação de passivos contingentes. Incerteza sobre essas premissas e estimativas poderiam resultar em situações que requerem um ajustamento relevante do valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Julgamentos

No processo de aplicação de políticas contábeis do Grupo, a administração fez julgamentos que podem ter um efeito significativo sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Estimativas e premissas

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício, conforme descrito abaixo. O Grupo baseou as suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas. As circunstâncias e premissas existentes sobre futuros desenvolvimentos, entretanto, podem mudar devido a mudanças do mercado ou circunstâncias que estão além do controle do Grupo. Essas alterações são refletidas nas premissas quando ocorrem.

“Impairment” de ativos não financeiros

Existe “impairment” quando o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior valor entre seu valor justo menos custos de alienação e seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos os custos de alienação são baseados em dados disponíveis de transações de venda vinculantes, realizadas com isenção de interesses, para ativos similares ou preços de mercado

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

observáveis menos custos incrementais de alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos, extrapolados para os anos subsequentes usando uma taxa de crescimento, e não incluem atividades de reestruturação ao qual o Grupo ainda não está comprometido ou investimentos futuros significativos que irão melhorar o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O fluxo de caixa também é afetado pelo número de novos produtos que se espera que sejam lançados e seu nível de sucesso. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes ao ágio reconhecido pelo Grupo. A Nota 6 divulga mais informações sobre a análise de "impairment" e premissas utilizadas.

Pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção ou o direito de valorização, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. O Grupo utiliza um modelo binomial para a estimativa. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos com base em ações, incluindo o valor justo na data do cancelamentos, refletem-se na Nota 19.

Riscos e contingências

As empresas do Grupo são partes em vários litígios ou procedimentos que estão sendo atualmente processados perante órgãos jurisdicionais, administrativos e de arbitragem.

Durante o curso normal dos negócios, as empresas do Grupo estão sujeitas a contingências trabalhistas, fiscais e comerciais, entre outras, que podem dar origem a perdas potenciais e a sua concretização depende da ocorrência de um ou mais eventos futuros. Essas contingências incluem ações judiciais pendentes e atuais ou potenciais reclamações de terceiros sobre possíveis perdas de terceiros por conta das atividades realizadas, bem como reclamações de terceiros decorrentes de questões de interpretação legislativas ou regulatórias. Os passivos contingentes são avaliados e quantificados pela Administração do Grupo com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e dos seus consultores fiscais, conforme aplicável, e outras evidências então disponíveis, tais como cláusulas de ajuste aplicáveis, custos legais e outras despesas.

No caso de a avaliação de contingência divulgar a possibilidade de uma perda e for possível estimar o valor, os passivos seriam classificados como "Provisões e contingências". Se a perda potencial não for provável, mas possível, ou provável, mas o seu montante não puder ser estimado, a natureza do passivo contingente e uma estimativa da possibilidade de ocorrência são divulgadas em uma nota às demonstrações financeiras. As contingências consideradas remotas não são contabilizadas nem divulgadas. Veja Nota 16.

Impostos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no momento provável e no nível de lucros tributáveis futuros e na definição de estratégias de planejamento fiscal.

Quando ocorre uma mudança futura nas taxas de impostos, que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas, o Grupo estima o calendário futuro de reversão de diferencias temporárias para calcular os ativos ou passivos diferidos à taxa de imposto aplicável. Veja Nota 20 para obter mais informações relacionadas ao cálculo do imposto de renda e do imposto de renda diferido

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Julgamento significativo ao determinar o prazo de arrendamento em contratos com opções de renovações

O Grupo determina o prazo de arrendamento como um prazo não cancelável, junto com qualquer período coberto por uma opção de estender o arrendamento, se for razoavelmente certo de exercer a opção, ou qualquer período coberto por uma opção de rescindir o arrendamento, se for razoavelmente certo de não ser exercido.

O Grupo tem a opção em alguns de seus arrendamentos de arrendar os ativos por prazos adicionais de alguns anos. O Grupo aplica o julgamento ao avaliar se for razoavelmente certo exercer a opção de renovação, levando em consideração todos os fatores relevantes que geram um incentivo econômico ao Grupo para exercer a renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o prazo de arrendamento se houver um evento ou alteração significativa nas circunstâncias que estão sob os seus controles e afetam sua capacidade de exercer (ou de não exercer) a opção de renovação (por exemplo, mudança na estratégia de negócios).

Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

O Grupo definiu uma política para calcular ECLs para contas a receber de clientes e registrar a provisão relacionada para redução ao valor recuperável dos devedores. As taxas de provisão são baseadas nos dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes.

A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas do Grupo em cada país e é complementada por uma análise caso a caso para identificar circunstâncias especiais em clientes e / ou transações individuais.

A quantidade de ECLs é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do incumprimento real do cliente no futuro.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia tem um único segmento operacional, que se concentra principalmente em produtos inovadores e genéricos especializados de alta qualidade para atender necessidades especiais de pacientes.

As atividades chave desse segmento são gerenciados de forma centralizada: entre elas pesquisa e desenvolvimento, fabricação, fornecimento, acordos de parceria e comercialização, desenvolvimento de negócios, e funções de M&A e tesouraria, fiscais e financeiras. Os responsáveis por essas funções se reportam diretamente ao Presidente, que é o Principal Tomador de Decisões Operacionais.

Informações por segmento são consistentes com as informações financeiras regularmente revisadas pelo Presidente e pelo Conselho de Administração para fins de avaliação de desempenho, alocação de recursos e planejamento e previsão de períodos futuros.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Informações geográficas

A tabela a seguir resume o total de receitas provenientes de clientes externos com base na localização dos clientes. A Companhia não tem receitas atribuíveis à Luxemburgo, que é o seu domicílio.

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Argentina	141.922	238.285
Bolívia	11.006	8.063
Brasil	413.816	390.145
Chile	38.216	30.491
Colômbia	131.622	155.922
Costa Rica	539	580
Equador	13.323	14.704
Guatemala	415	1.276
México	19.658	8.961
Panamá	-	279
Paraguai	2.992	2.790
Peru	21.495	21.130
Uruguai	8.563	13.691
Receita bruta	803.567	886.317
Comissões de vendas	2.909	824
Abatimentos	(23.276)	(36.873)
Impostos sobre as vendas	(40.103)	(29.307)
Receita líquida	743.097	820.961

Além disso, o valor contábil líquido do imobilizado na Argentina, Brasil e Colômbia é BRL 46.479, BRL 7.081 e BRL 1.327 respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 e BRL 37.936, BRL 3.770 e BRL 1.586, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018. Todos as outras localizações individuais representaram menos de 10% dos saldos totais e nenhum imobilizado é mantido em Luxemburgo.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Além disso a tabela a seguir resume as adições em imobilizado em cada país. Nenhum imobilizado é mantido em Luxemburgo.

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Argentina	8.680	10.195
Bolívia	4	14
Brasil	5.300	1.767
Chile	31	11
Colômbia	18	239
Equador	106	11
México	101	104
Paraguai	13	14
Peru	442	72
Uruguai	50	52
Total de adições no imobilizado	14.745	12.479

Receitas por linha terapêutica

Nos exercícios fiscais abaixo, as receitas por linha terapêutica são como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Doenças infecciosas	299.996	287.346
Oncologia & Onco-Hematologia	339.341	329.757
Tratamentos Especiais e I&I	104.584	113.087
Medicamentos órfãos e doenças raras	59.646	156.127
Receitas brutas de produtos	803.567	886.317
Comissões de vendas	2.909	824
Abatimentos	(23.276)	(36.873)
Impostos sobre as vendas	(40.103)	(29.307)
Receita líquida	743.097	820.961

Concentração de receitas e crédito

Não há clientes que concentram 10% ou mais da receita bruta da Companhia.

5. GESTÃO DE CAPITAL

Para fins de gestão de capital do Grupo, capital inclui o capital social, ágio na emissão de ações e todos os outros componentes atribuíveis aos acionistas da Companhia. O principal objetivo da gestão de capital do Grupo é maximizar a geração de valor aos acionistas.

O Grupo gerencia sua estrutura de capital e faz ajustes em função das mudanças nas condições econômicas. O Grupo monitora o capital utilizando um índice de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo total de capital mais dívida líquida. O Grupo inclui na dívida líquida, dívida financeira circulante e não circulante e empréstimos menos caixa e depósitos circulantes.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

	2019	2018
Gestão de capital		
Dívida financeira e empréstimos circulantes e não circulantes	190.284	215.620
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(47.974)	(100.609)
Dívida líquida	142.310	115.011
 Patrimônio líquido	 740.564	 729.236
Patrimônio líquido e dívida líquida	882.875	844.247
Índice de alavancagem	16%	14%

Não foram feitas alterações nos objetivos, políticas ou processos para a gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

6. INTANGÍVEL

	Ágio	Carteira de clientes	P&D, marcas comerciais e licenças	Softwares	Total
Custo					
Saldo em 1 de janeiro de 2018	386.557	43.493	102.121	1.847	534.018
Efeito nos saldos iniciais de acordo com a IAS 29 (Nota 2.1.1)	73.632	-	13.537	32	87.201
Adições	-	-	21.681	1.734	23.415(1)
Alienações	-	-	(989)	-	(989)
Diferenças na conversão do câmbio	(18.480)	-	10.325	173	(7.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	441.709	43.493	146.675	3.786	635.663
 Adições	-	-	15.284	1.297	16.581(1)
Alienações	-	-	(1.031)	(846)	(1.877)
Diferenças na conversão do câmbio	800	-	4.938	103	5.841
Saldo em 31 de dezembro de 2019	442.509	43.493	165.866	4.340	656.208
 Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(22.264)	(13.353)	(408)	(36.025)
Efeito nos saldos iniciais de acordo com a IAS 29 (Nota 2.1.1)	-	-	(12.739)	(28)	(12.767)
Amortização do exercício	-	(6.214)	(12.331)	(659)	(19.204)
Alienações	-	-	721	-	721
Diferenças na conversão do câmbio	-	-	1.111	(37)	1.074
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(28.478)	(36.591)	(1.132)	(66.201)
Amortização do exercício	-	(6.213)	(13.246)	(1.130)	(20.589)
Impairment charge for the year	(7.682)	-	-	-	(7.682)
Alienações	-	-	2	805	807
Diferenças na conversão do câmbio	-	-	(1.486)	15	(1.471)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.682)	(34.691)	(51.321)	(1.442)	(95.136)
 Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2019	434.827	8.802	114.545 (2)	2.898	561.072
Em 31 de dezembro de 2018	441.709	15.015	110.084 (2)	2.654	569.462

(1) Relacionadas principalmente a uma aquisição de licença durante o ano para comercializar novos produtos.

(2) Inclui BRL 3.485 e BRL 2.756 relacionados a P&D capitalizados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou quaisquer indicadores de “impairment” em qualquer ativo intangível diferente de ágio. Detalhes sobre o teste anual de recuperação do ágio estão detalhados abaixo.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Teste de “impairment” do ágio

O Grupo realizou seu teste anual de “impairment” do ágio em dezembro de 2019. Para esta avaliação o Grupo identificou três UGCs: United Medical Ltda., Latin American Pharma Company ETVE S.L.U. e Laboratorio DOSA S.A. Em 31 de dezembro de 2018, o ágio do Grupo por unidades geradoras de caixa apresentava a seguinte composição:

United Medical Ltda.	305.008
Latin American Pharma Company ETVE S.L.U.	93.754
Laboratorio DOSA S.A.	42.947
Total	<u>441.709</u>

United Medical Ltda. (UM)

O valor recuperável da unidade geradora de caixa UM em 31 de dezembro de 2019, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa a partir de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração durante um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as mudanças nas demandas e nas margens de produtos farmacêuticos do portfólio da UM e o impacto esperado da não renovação de determinada licença acordada com terceiros. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,70% (2018: 8,70%) nominal em US\$, e o fluxo de caixa referente ao período excedente a cinco anos é extrapolado utilizando taxa de crescimento de 1,9% (2018: 1,9%), o que corresponde à taxa de inflação de longo prazo nos Estados Unidos, o que implica uma posição conservadora assumindo um cenário de não crescimento em volume e apenas movendo a inflação para o preço. Como resultado dessa análise, a administração não identificou um “impairment” desse ágio.

Latin America Pharma Company ETVE S.L.U. (LAPC) and Laboratorio DOSA S.A. (DOSA)

O valor recuperável da unidade geradora de caixa LAPC em 31 de dezembro de 2019, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa a partir de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração durante um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir mudanças na demanda de produtos farmacêuticos do portfólio da LAPC devido às condições econômicas esperadas na Argentina. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 15% (2018: 9,74%) nominal em US\$, e o fluxo de caixa referente ao período excedente a cinco anos é extrapolado utilizando taxa de crescimento de 1,9% (2018: 1,9%), o que corresponde à taxa de inflação de longo prazo nos Estados Unidos, o que implica uma posição conservadora assumindo um cenário de não crescimento em volume e apenas movendo a inflação para o preço. Como resultado dessa análise, a administração não identificou uma imparidade desse ágio para DOSA, mas foi determinado que a caixa de fluxo de desconto futura para a CGU da LAPC estejam abaixo do valor contábil do ágio após de manter a recuperabilidade de PP&E; então, a necessidade de um ajuste por imparidade foi determinada para essa porção do goodwill pelo montante de BRL 7.682 e foi registrada na demonstração do resultado do exercício atual.

A porção mais significativa das operações de LAPC e o DOSA concentram-se principalmente na Argentina, país que sofreu algumas mudanças importantes nos últimos meses. A eleição presidencial primária na Argentina foi em agosto 2019 após a emissão das nossas segundas demonstrações financeiras trimestrais, o que resultou em um cenário adverso para o Partido do Governo Nacional, apresentando deferências significativas com relação às pesquisas divulgadas antes do processo eleitoral. Posteriormente, em outubro 2019, as eleições gerais foram realizadas confirmando os resultados das primeiras. Por conseguinte, um novo presidente assumirá o cargo durante dezembro 2019.

Este assunto e especialmente os resultados inesperados das eleições primárias levaram a uma diminuição significativa dos mercados de capital durante os dias seguintes as eleições primárias; isso ocasionou uma diminuição importante na bolsa de valores da Argentina, uma valorização significativa das taxas de câmbio

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

das moedas estrangeiras em relação aos Pesos Argentinos (aproximadamente de 45 até 60 pesos argentinos por cada dólar), e uma diminuição significativa nos preços dos títulos da dívida do governo da Argentina. Desde esse momento, o Presidente argentino anunciou uma série de medidas econômicas para tratar com o novo cenário macroeconômico, incluindo a mudança no perfil da dívida externa e de suas datas de reembolso, e algumas medidas focalizadas no controle do mercado de câmbio afetando, entre outras coisas, o fluxo de moedas estrangeiras originado das exportações e importações, e a necessidade de uma autorização prévia do Banco Central para remeter dividendos ao exterior. As incertezas produzidas pelos resultados das eleições primárias e as mudanças nas variáveis macroeconômicas, além das medidas adotadas pelo governo para tratar a emergência econômica, foram percebidas pelos mercados financeiros internacionais como uma extensão dos riscos de sustentabilidade da dívida argentina, o que resultou em que agências de classificação de risco baixaram a classificação da dívida soberana da Argentina.

Em 10 de dezembro de 2019, o novo Presidente foi empossado. A nova administração estabeleceu que a prioridade seria buscar soluções para os problemas econômicos e sociais. Para isso, fará os ajustes necessários para renegociar o pagamento da dívida externa, e ao mesmo tempo, recuperar a sustentabilidade da mesma com o tempo. Incorporou medidas para manter as reservas BCRA's (Banco Central da Argentina), reduzir déficit fiscal e aumentar capacidade de produção. Em termos gerais, as medidas econômicas anunciadas pelo governo anterior foram confirmadas e medidas adicionais foram anunciadas. Até 31 de dezembro de 2019, a incerteza permanece e resultados das medidas adotadas não são claros. O cálculo do valor em uso das três unidades é mais sensível aos seguintes pressupostos:

- Volumes
- Preços
- Margens brutas
- Despesas de capital
- Taxa de desconto
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período de previsão

Volumes e preços: Para a UM, volumes e preços foram estimados considerando uma taxa de crescimento anual composta de 0,6% que resulta menor do que a inflação e crescimento do PIB locais esperados. A evolução da receita líquida de cada produto está em linha com a tendência histórica e seu ciclo e vida, e também considerando as datas de expirações das licenças. Para LAPC e DOSA, foi considerado que os novos lançamentos estarão na faixa de 2 a 4 produtos por ano, em linha com a evidência histórica ao longo dos anos. Os aumentos de preços foram sensibilizados para produtos específicos para incluir o efeito da menor inflação.

Uma redução nos volumes e preços levaria a uma queda nos valores da margem bruta e nos fluxos de caixa projetados. Uma redução na venda líquida em relação ao orçamento de 3,7%, 1,3% e 38,7% resultaria em imparidade da UM, LAPC e DOSA, respectivamente.

Margem bruta: Para a UM, a evolução da margem bruta total foi projetada considerando possíveis efeitos negativos da renegociação de licenças de certos produtos e do efeito da desvalorização nos custos em USD. Para a LKM e UM, a evolução da margem bruta foi projetada pelo GBT em linha com a tendência histórica.

Um aumento nos custos dos produtos levaria a uma redução nos valores de margem bruta e nos fluxos de caixa projetados. Um aumento nos custos dos produtos em relação ao orçamento de 5,2%, 1,9% e 44,4% resultaria em imparidade da UM, LAPC e DOSA, respectivamente.

Taxas de desconto: representam a atual avaliação do mercado dos riscos específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos individuais dos ativos

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

subjacentes que não tenham sido incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado nas circunstâncias específicas do Grupo e suas unidades geradoras de caixa e é derivado do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o capital próprio. O custo de capital é derivado do retorno esperado do investimento pelos investidores do Grupo. O custo da dívida é baseado nos empréstimos com juros que o grupo é obrigado a pagar. O risco específico das unidades geradoras de caixa é incorporado através da aplicação de fatores beta individuais. Os fatores betas são avaliados anualmente de acordo com os dados de mercado disponíveis ao público. Os ajustes da taxa de desconto são feitos de acordo com o montante específico e o calendário dos fluxos fiscais futuros, a fim de refletir uma taxa de desconto antes dos impostos.

Um aumento na taxa de desconto depois dos impostos para 11,3%, 16,8% e 23% (aumentos de 2,6%, 0,4% e 6,6%), resultaria em imparidade da UM, LAPC e DOSA, respectivamente.

Taxa de crescimento: a taxa de crescimento de longo prazo utilizada foi conservadora considerando 1,9% refletindo a atual inflação do USD e 0% em termos reais, implicando uma posição conservadora que assume um cenário de não crescimento nas quantidades vendidas e apenas com aumento dos preços devido à inflação.

7. IMOBILIZADO

	Terrenos	Construções	Construções em andamento	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de informações	Equipamento de escritório	Veículos	Total
Custo								
Saldo em 1 de janeiro de 2018	3.296	16.901	7.728	17.006	7.842	5.401	2.036	60.210
Efeito nos saldos iniciais de acordo com a IAS 29 (Nota 2.1.1)	1.105	5.435	3.116	10.332	3.505	3.030	491	27.014
Adições	-	1.044	1.512	8.168	807	316	632	12.479
Alienações	-	(31)	(7)	(100)	(100)	57	(586)	(767)
Transferências (1)	-	(937)	(4.097)	83	-	-	(136)	(5.087)
Diferenças na conversão do câmbio	(2.346)	(344)	(2.262)	1.007	(493)	(212)	79	(4.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.055	22.068	5.990	36.496	11.561	8.592	2.516	89.278
Adições	-	2.867	452	8.883	1.312	896	335	14.745
Alienações	-	(1.052)	-	(55)	(47)	(33)	(514)	(1.701)
Transferências (1)	(127)	489	(484)	47	(191)	48	(184)	(402)
Diferenças na conversão do câmbio	17	3.018	(3.097)	269	212	4	(17)	406
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.945	27.390	2.861	45.640	12.847	9.507	2.136	102.326
Depreciação								
Saldo em 1 de janeiro de 2018	-	(4.589)	-	(6.343)	(5.067)	(2.571)	(739)	(19.309)
Efeito nos saldos iniciais de acordo com a IAS 29 (Nota 2.1.1)	-	(3.223)	-	(8.793)	(3.289)	(2.237)	(408)	(17.950)
Depreciação do exercício	-	(3.213)	-	(2.985)	(1.426)	(637)	(385)	(8.646)
Alienações	-	3	-	17	66	5	407	498
Transferências (1)	-	(1.266)	-	2.385	-	-	-	1.119
Diferenças na conversão do câmbio	-	(93)	-	1.567	421	135	64	2.094
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(12.381)	-	(14.152)	(9.295)	(5.305)	(1.061)	(42.194)
Depreciação do exercício	-	(3.540)	-	(4.318)	(1.424)	(731)	(413)	(10.426)
Alienações	-	12	-	14	45	33	250	354
Transferências (1)	-	-	-	-	109	-	13	122
Diferenças na conversão do câmbio	-	(481)	-	731	(117)	47	47	227
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(16.390)	-	(17.725)	(10.682)	(5.956)	(1.164)	(51.917)
Valor contábil líquido								
Em, 31 de dezembro de 2019	1.945	11.000	2.861	27.915	2.165	3.551	972	50.409
Em, 31 de dezembro de 2018	2.055	9.687	5.990	22.344	2.266	3.287	1.455	47.084

(1) Corresponde às transferências de uma instalação de Colômbia de ativos mantidos para venda. (Veja Nota 2.3g)

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou quaisquer indicadores de "impairment". No entanto, como foi mencionado na Nota 2.1.1, com efeito a partir de 1º de julho de 2018, a economia

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Argentina é considerada hiperinflacionária de acordo com os critérios do IAS 29. Conforme o IAS 29, ativos não monetários e passivos, são corrigidos utilizando o índice de preços correspondente. Após a atualização do IAS 29 de ativos não monetários, é necessário considerar se o valor atualizado do ativo pode exceder seu valor recuperável. Como resultado dessa análise, a administração não identificou um "impairment" desse ativo. Veja Nota 6 para mais informação sobre os critérios no teste de "impairment" dos ativos das subsidiárias Argentinas.

O Grupo contratou várias apólices de seguros para cobrir diversos riscos de ativos fixos baseados no nível desejado de cobertura da Administração.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há ativos sujeitos a limitações de propriedade ou comprometidos em garantia de responsabilidade civil ou penhora.

O Grupo não reconheceu custos de desativação ou restauração relacionados com ativos fixos porque, de acordo com a Administração do Grupo, eles não são significativos ao Grupo.

8. ESTOQUES

A composição dos estoques em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Matérias-primas	26.416	28.362
Produtos em trânsito	9.518	33.025
Produtos acabados	166.258	110.113
Produtos em andamento	19.044	14.511
Outros estoques	11.226	7.699
Provisão para perdas nos estoques	(18.588)	(11.220)
Total	213.874	182.490

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada abaixo:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(11.220)	(10.684)
Efeito nos saldos iniciais de acordo com a IAS 29	-	(635)
Adições	(6.340)	(5.192)
Outras baixas	(1.028)	5.291
Saldo no final do exercício	(18.588)	(11.220)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há restrições à propriedade de estoques nem limitações à sua livre alienação.

O Grupo contratou várias apólices de seguros para cobrir os riscos a que os estoques são expostos baseados no nível desejado de cobertura da Administração.

A provisão para obsolescência é constituída devido à e à baixa rotatividade de alguns produtos.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

9. ATIVOS FINANCEIROS

Contas a receber de clientes e outras contas a receber correspondem essencialmente a contas a receber de clientes provenientes da atividade normal do Grupo e outras contas a receber detalhadas abaixo:

	2019		
	Não circulante	Circulante	Total
Contas a receber de clientes	12.928	291.956	304.884
Provisão para devedores duvidosos	-	(33.968)	(33.968)
Devedores diversos	-	8.262	8.262
Subtotal	12.928	266.250	279.178
Créditos de impostos sobre vendas	817	7.406	8.223
Créditos de imposto de renda	-	15.840	15.840
Total	13.745	289.496	303.241

	2018		
	Não circulante	Circulante	Total
Contas a receber de clientes	42	292.523	292.565
Provisão para devedores duvidosos	-	(31.020)	(31.020)
Devedores diversos	-	21.695	21.695
Subtotal	42	283.198	283.240
Créditos de impostos sobre vendas	438	12.868	13.306
Créditos de imposto de renda	-	19.365	19.365
Total	480	315.431	315.911

Análise de risco de crédito e provisão para perdas de crédito esperadas

O Grupo avalia a qualidade de crédito dos ativos financeiros que não tenham expirado levando em consideração a taxa histórica de inadimplência, e registra a provisão relacionada. A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas do Grupo em cada país e é complementada por uma análise caso a caso para identificar circunstâncias especiais em clientes e / ou transações individuais.

A quantidade de ECLs é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a análise de vencimento de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Vencido		Para vencer				
		<90 dias	>90 dias	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	>180 dias
2019	304.884	58.122	60.606	63.273	52.462	36.770	20.228	13.423
2018	292.565	57.560	48.390	69.379	22.563	83.516	10.402	755

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(31.020)	(39.059)
Adições (baixas)	(7.487)	2.750
Usos/reversão de provisão	4.539	5.289
Saldo no final do exercício	(33.968)	(31.020)

Os valores justos dos itens a receber não diferem de seus valores contábeis; são essencialmente saldos a receber em menos de um ano.

10. DÍVIDA FINANCEIRA E OUTROS PASSIVOS

10.1 Dívidas financeira

	Moeda	Taxa de juros	Vencimento	2019	2018
Não circulante					
Citibank	-	-	-	-	13.683
			Veja nota		
Itaú Unibanco	BRL	1,65% (+100% CDI)	abaixo	-	131.152
Santander	BRL	2,00% (+100% CDI)	13/12/2021	15.589	31.084
Total dívidas com instituições financeiras - Não circulante				15.589	175.919
Passivo de arrendamento				13.723	-
Total dívidas financeiras - Não circulante				29.312	175.919
Circulante					
Citibank	ARS	18,40%	02/11/2020	9.266	14.692
			Veja nota		
Itaú Unibanco	BRL	1,65% (+100% CDI)	abaixo	131.635	16.775
			19/06/2020 e		
Santander	BRL	2,00% (+100% CDI)	13/12/2020	15.533	7.796
Outros				3	212
Total dívidas com instituições financeiras - Circulante				156.437	39.475
Passivo de arrendamento				4.535	226
Total dívidas financeiras - Circulante				160.972	39.701

Em novembro 2017, Laboratorio LKM S.A. contratou títulos de dívida emitidos em Pesos Argentinos por um total de ARS 531 milhões, em dois contratos separados com o Citibank.

O primeiro foi desembolsado em 2 de novembro por valor de ARS 266 milhões, foi um empréstimo “offshore” relacionado com Pesos Argentinos com o Citibank N.A. (Nova Iorque) com taxa fixa de 18,40% per ano (21,66% valor total após incluir o imposto de retenção). Prazo total 3 anos; pagamentos trimestrais com amortização começando no dia 15 de cada mês; e certas penalidades em caso de pagamento antecipado.

O segundo pagamento foi desembolsado no dia 3 de novembro 2017, este empréstimo foi quitado completamente em novembro 2018.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Para esses dois empréstimos outorgados pelo Citibank, a única garantia foi uma Garantia Societária à Primeira Demanda emitida pela Biotoscana Investments S.A. (Fiador).

Embaixo seguem as principais obrigações derivadas dos dois contratos de empréstimo:

Cláusulas restritivas:

- O Devedor não pode efetuar alterações de controle sem previa autorização do Banco. Para estes fins, "Alterações de Controle" significa: (i) com relação ao Prestatário, a Empresa Matriz desistirá da propriedade pelo menos de 50% do capital acionário ou outra participação no Prestatário ou deverá cessar de ter a faculdade de exercer, direta ou indiretamente, o controle de influir na administração ou nas políticas do Prestatário; (ii) com relação à Biotoscana Investments S.A., qualquer pessoa ou grupo (a) é ou será o "beneficiário efetivo", direta ou indiretamente, do capital acionário ou outra participação (incluindo as participações no capital social) da Empresa Matriz nesse momento circulante, e normalmente com direito de voto na eleição dos diretores, administradores ou de outros cargos de supervisão ("Ações com direito a Voto") da Empresa Matriz representando 50% ou mais do total das faculdades de voto de todas as classes circulantes da Empresa Matriz, o (b) tem a faculdade, direta ou indiretamente, para eleger a maioria dos membros da diretoria da Empresa Matriz ou conselho governante similar.

Cláusulas financeiras do devedor:

- Devedor deve cumprir com as obrigações financeiras, que deverão ser mensuradas anualmente:

Total "Dívida financeira" / "EBITDA ajustado" < 2.5 vezes

Cláusulas financeiras do fiador (Biotoscana Investments S.A.):

- "EBITDA ajustado" / "Despesas financeiras" > 3,5 vezes
- "Dívida financeira líquida" / "EBITDA ajustado" < 3,5 vezes

Além disso, o acordo de empréstimo proíbe Biotoscana Investments S.A. de pagar dividendos até a primeira amortização de capital para cada empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo está em conformidade com as cláusulas financeiras referidas acima. Com relação à cláusula de "troca de controle" e levando em consideração a aquisição do Grupo pela Knight mencionada na Nota 1, a Companhia conseguiu os waivers e aprovações necessárias do Citibank em 26 de novembro de 2019.

Em dezembro 2017, a controlada United Medical Ltda. contratou uma dívida denominada em Reais por BRL 150 milhões com o Itaú Unibanco Brasil. Esse empréstimo foi recebido em 8 de dezembro de 2017 e as principais condições são as seguintes: O empréstimo foi um CCB (Cédula de Crédito Bancário do Brasil). Seu prazo total foi de 5 anos, com pagamentos semestrais e um ano de graça para amortização. A taxa de interesse aplicável foi a "Interbank Market references interest rate" (conhecida no Brasil como CDI) + 1,65% (com uma cláusula de incremento pela qual a taxa de interesse incrementa 25bps -pontos base- para cada 0.25 de aumento da proporção na "Dívida líquida" / "EBITDA" após 2.0 vezes).

Pagamentos antecipados são permitidos com uma taxa de penalidade a que diminui com o passar do tempo.

Duas garantias foram outorgadas em favor do Itaú com relação a este empréstimo: Garantia Societária à Primeira Demanda emitida pela Biotoscana Investments S.A. (Fiador) e uma Cessão Fiduciária.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Em 2 de outubro de 2018, foi assinada uma alteração deste empréstimo entre United Medical e o banco Itaú. O fim da alteração foi adicionar mais um ano no período de carência e a extensão do vencimento final do empréstimo em um ano. Os encargos de juros não mudam. Os honorários aplicáveis pela alteração foram BRL 675.

Embaixo seguem as principais obrigações derivadas do contrato de empréstimo com o Itaú:

Cláusulas restritivas:

- O Devedor não pode efetuar alterações de controle sem previa autorização do Banco. Para estes fins, "Alterações de Controle" significa: (i) com relação ao Prestatário, a Empresa Matriz desistirá da propriedade pelo menos de 50% do capital acionário no Prestatário ou deverá cessar de ter a faculdade de exercer, direta ou indiretamente, o controle de influir na administração ou nas políticas do Prestatário; (ii) com relação ao Fiador, se Advent International (anterior accionista – Veja Nota 1) cessa da propriedade, direta ou indiretamente, de mais de 10% do capital social na Biotoscana Investments S.A.; and (iii) com relação ao Fiador, seja pessoa física ou jurídica (diferente da Advent International), será o beneficiário efetivo, de mais de 50% do capital social com direito a voto na Biotoscana Investments S.A. ou consegue a faculdade, direta ou indiretamente, de eleger a maioria dos membros da diretoria da Biotoscana Investments S.A.

Cláusulas financeiras do fiador (Biotoscana Investment S.A.):

- "Dívida financeira líquida" / "EBITDA ajustado" < 3,0 vezes

Em 31 de Dezembro de 2019, o Grupo está em compliance com todos os covenants financeiros mencionados acima. Entretanto, por conta da aquisição do Grupo pela Knight mencionada na Nota 1 e considerando a cláusula de "Troca de Controle", a Companhia não está em compliance com a cláusula em relação com o Itaú, e deveria obter esta aprovação em relação à transação com o Itaú Unibanco Brasil.

Levando em consideração a data de 31 de dezembro de 2019, a aprovação acima ainda não havia sido obtida. O total dessa dívida está considerada como "corrente" considerando que a Companhia não tem direito incondicional para adiar a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período reportado. Até o momento, o waiver do Itaú Unibanco Brasil não foi obtido, mas a Companhia está otimista em relação à essa questão. No caso que o waiver não seja obtido, o Grupo tem que o compromisso do acionista majoritário de realizar o pagamento do empréstimo ao Itaú, quando solicitado.

Em dezembro 2018, United Medical Ltda. contratou uma dívida denominada em Reais por BRL 38.855 com o Banco Santander. Esse empréstimo foi desembolsado em 28 de dezembro de 2018 e as principais condições são as seguintes: O empréstimo foi um CCB (Cédula de Crédito Bancário do Brasil) baseado na Lei 4.131. Seu prazo total foi de 3 anos, com pagamentos semestrais e um ano de carência para amortização. A taxa de juros aplicável foi de CDI +2,00% em total (1,87% juros e 0,13% Stand by).

Pagamentos antecipados são permitidos com certas restrições.

Para este empréstimo outorgado pelo Santander, a garantia foi uma Garantia Societária à Primeira Demanda emitida pela Biotoscana Investments S.A. (Fiador).

Embaixo seguem as principais obrigações derivadas do contrato de empréstimo com o Santander:

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Cláusulas restritivas:

- O Devedor não pode efetuar alterações de controle sem previa autorização do Banco. Para estes fins, "Alterações de Controle" significam: com relação ao Prestatário (mutuário), a Empresa Matriz (Biotoscana Investments) desistirá da propriedade pelo menos de 50% do capital acionário no Prestatário ou deverá cessar de ter a faculdade de exercer, direta ou indiretamente, o controle de influir na administração ou nas políticas do Prestatário.

Cláusulas financeiras do fiador (Biotoscana Investment S.A.):

- "Dívida financeira Líquida" / "EBITDA Ajustado" < 3 vezes

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo estava em conformidade com as cláusulas financeiras referidas acima.

A tabela abaixo resume o perfil de vencimento da dívida financeira e dos empréstimos do Grupo:

	Total	Vencido	Para vencer		
			Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos
2019	190.284	131.635 (1)	3	29.334	29.312
2018	215.620	-	438	39.263	175.919

(1) Includes the loan with Itau Unibanco. See above coments about the "Change of control" situation.

10.2 Fornecedores e outras contas a pagar

O detalhe de contas a pagar em 31 de dezembro 2019 e 2018, é o seguinte:

	2019	2018
Fornecedores em moeda local	19.833	24.076
Fornecedores em moeda estrangeira	181.917	151.325
Total	201.750	175.401

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a análise de vencimento dos fornecedores é a seguinte:

	Total	Vencido	Para vencer				
			< 30 dias	30-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	> 180 dias
2019	201.750	94.992	53.372	6.852	30.722	15.707	104
2018	175.401	21.887	46.497	47.789	32.017	26.704	507

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

10.3 Impostos a pagar

O detalhe de impostos a pagar em 31 de dezembro 2019 e 2018, é o seguinte:

Categoria	2019		
	Não circulante	Circulante	Total
Imposto de renda a pagar	-	2.328	2.328
Imposto sobre vendas a pagar	-	7.766	7.766
Outros impostos a pagar	347	966	1.313
Total	347	11.060	11.407

Categoria	2018		
	Não circulante	Circulante	Total
Imposto de renda a pagar	-	8.480	8.480
Imposto sobre vendas a pagar	-	5.430	5.430
Outros impostos a pagar	862	1.256	2.118
Total	862	15.166	16.028

10.4 Outros passivos

O detalhe de outros passivos em 31 de dezembro 2019 e 2018, é o seguinte:

	2019		
	Não circulante	Circulante	Total
Receita diferida	-	143	143
Credores diversos	-	13.257 (1)	13.257
Total	-	13.400	13.400

	2018		
	Não circulante	Circulante	Total
Receita diferida	-	9.256	9.256
Credores diversos	14	25.550 (1)	25.564
Total	14	34.806	34.820

(1) Includes milestone's payments for a licence acquisition to commercialize ned products (Note 6).

11. VALOR JUSTO

A administração avaliou que os valores justos de caixa e depósitos de curto prazo, contas a receber de clientes, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes se aproximam de seus valores contábeis devido ao curto prazo de vencimento desses instrumentos. Outros ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam a taxa de juros semelhantes ao valor justo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, que não em uma venda forçada ou liquidação.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Hierarquia do valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros através de técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) observáveis em mercados ativos para ativos ou passivos similares.

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais os dados e variáveis que têm um efeito significativo sobre o valor justo reconhecido são diretas ou indiretamente observáveis.

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais os dados e variáveis que têm um efeito significativo sobre o valor justo reconhecido não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não mantinha, em seu balanço patrimonial consolidado, ativos e passivos mensurados pelo valor justo.

12. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1 Fatores de riscos financeiros

As atividades do Grupo estão sujeitas a diferentes riscos financeiros: riscos de mercado (taxa de câmbio, taxa de juros, etc.), risco de crédito e risco de liquidez. A estratégia de gestão de risco do Grupo é focada na gestão da incerteza dos mercados financeiros e procura minimizar os possíveis efeitos adversos na rentabilidade financeira.

A estratégia de gestão de risco do Grupo e seus resultados são monitorados pela Gerência Sênior. Os riscos são identificados, analisados e gerenciados regularmente.

a) Risco de mercado

i. Risco de taxa de câmbio

O Grupo está exposto ao risco cambial de várias exposições cambiais resultantes de suas operações subjacentes e perfil de dívida financeira.

A exposição operacional é derivada da diferença entre as importações do grupo, principalmente denominados em dólares e suas vendas em moeda local. Além disso, há um risco decorrente de determinadas intra-grupo, denominadas em moedas diferentes da moeda funcional da respectiva controlada.

O Grupo não permite o comércio especulativo de derivativos cambiais, mas periodicamente celebra “non deliverable forwards (NDFs)” para proteger parcialmente sua exposição em moeda estrangeira.

O Grupo gerencia seu perfil de dívida financeira para proteger naturalmente sua exposição a taxa de câmbio: a dívida bancária atual é denominada em duas moedas: Reais e Pesos Argentinos.

ii. Risco de preço

A equipe gerencial avalia continuamente as mudanças no ambiente para retomar negociações de preços com clientes e fornecedores e atenuar parcialmente esse risco através das cláusulas acordadas e estabelecidas nos diversos contratos existentes com certos fornecedores.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

iii. Risco de taxa de juros sobre fluxos de caixa e valor justo

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros decorrentes de seus empréstimos a longo prazo com o Itaú e o Santander Brasil, fixados a uma taxa de juros variável que flutua como o CDI (Certificados de Depósitos Interfinanceiros, taxa para 252 dias).

A taxa CDI é a média da taxa do CDI aplicável a cada período de juros. Assim, os juros acumulados em ambos bancos no final do ano não são expostos as alterações relacionadas com a variação das respectivas taxas flutuantes.

O empréstimo com o Citibank New York está fixado a taxa fixa, assim não tem exposição ao risco de taxa de juros.

iv. Risco de crédito

O Grupo está exposto a dois tipos de risco de crédito:

As vendas a crédito para clientes: limites de crédito individuais são estabelecidos após uma análise do histórico de crédito do cliente, avaliações de crédito e informações prospectivas fornecidas por fontes internas e externas. Existe uma política de crédito em vigor para garantir que esses limites são revistos periodicamente e imediatamente ajustado se necessários.

Risco de crédito de contraparte: para atenuar o risco de crédito de contraparte com instituições financeiras, o Grupo opera apenas com bancos que tenham altas classificações de crédito internacional e a Equipe de Tesouraria Corporativa aprova todas as novas aberturas de conta, ISDAs e investimentos.

v. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o seu risco de liquidez fazendo previsões periódicas dos fluxos de caixa projetados tanto a nível de Grupo quanto a nível de subsidiária. Se algum problema é identificado, a Equipe de Tesouraria Corporativa trabalha com as equipes locais para fornecer suporte de liquidez. O Grupo negocia linhas de crédito com vários bancos regionais e globais para diversificar as suas opções e garantir melhores taxas de financiamento.

12.2 Mensuração do valor justo

O valor contábil dos créditos e débitos correspondentes às transações comerciais se aproxima do seu valor justo. A parcela mais significativa dos passivos financeiros acumula juros a taxas de juros variáveis de mercado, para as quais seu valor contábil também seja aproximado ao seu valor justo.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

12.3 Sensibilidade de moeda estrangeira

As tabelas a seguir demonstram a sensibilidade a uma mudança possível de +/- 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, com todas as outras variáveis mantidas constantes.

	Variação nas taxas de câmbio	Efeito sobre o lucro antes de impostos			
		US\$	COP	BRL	ARS
2019	+50%	(3.822)	598	43.391	2.504
	+25%	(1.911)	299	21.696	1.252
	+10%	(764)	119	8.678	501
	-10%	764	(119)	(8.678)	(501)
	-25%	1.911	(299)	(21.696)	(1.252)
	-50%	3.822	(598)	(43.391)	(2.504)
2018	+50%	(865)	1.546	18.409	173
	+25%	(433)	773	9.204	87
	+10%	(173)	309	3.682	35
	-10%	173	(309)	(3.682)	(35)
	-25%	433	(773)	(9.204)	(87)
	-50%	865	(1.546)	(18.409)	(173)

13. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as potenciais ações ordinárias diluídas em ações ordinárias. Durante Novembro de 2019, como consequência da troca de controle mencionada na Nota 1, o Grupo ofereceu aos beneficiários dos programas de stock options e stock grants, o pagamento em dinheiro em substituição a esses planos, portanto não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias para efeito de diluição.

A seguir, o lucro líquido e a média ponderada do número de ações ordinárias usada no cálculo do lucro por ação básico:

	2019	2018
Lucro atribuível a detentores de ações ordinárias da Companhia	1.602	63.462
Média ponderada do número de ações ordinárias usada no cálculo do lucro por ação básico	106.083.212	106.083.338
Lucro por ação básico em BRL	0,02	0,60

Não houve nenhuma outra transação envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre o 31 de dezembro de 2019 e a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo do item "Caixa e equivalentes de caixa" está disponível imediatamente.

	2019	2018
Caixa e bancos	31.408	78.210
Aplicações financeiras	16.566	22.399
Total	47.974	100.609

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e prêmio de ações

A Companhia foi constituída em 26 de julho de 2011 com um capital totalmente subscrito e integralizado de US\$ 50.000, representado por 1 ação da administração e 49.999 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. O capital social da Companhia é denominado em US\$.

Após diferentes modificações no capital social detidas em 8 de novembro de 2011, 26 de março de 2014, 3 de junho de 2014 e 3 de abril de 2014, o capital totalmente subscrito e integralizado era de US\$ 89.746,08 (BRL 164) representado por 8.974.608 ações com um valor nominal de US\$ 0,01, antes do efeito do desdobramento de ações mencionado no próximo parágrafo. O montante do ágio na emissão de ações no final do exercício 31 de dezembro de 2016 é de BRL 349.306.

Em 5 de maio de 2017, a Assembleia Geral dos Acionistas aprovou um desdobramento de ações. Após este desdobramento (e do cancelamento das ações de Administração aprovado em 3 de abril, 2017), o capital subscrito está representado por 89.746.080 ações ordinárias com valor nominal de US\$ 0,001 cada.

Em 21 de julho de 2017, realizou-se um Conselho de Administração e resolveu aumentar o capital social da Companhia dentro dos limites do capital autorizado em um montante de US\$ 16.000 (BRL 50), de modo a aumentá-lo de seu valor anterior de US\$ 89.746,08 (BRL 164) representado por 89.746.080 ações no valor de US\$ 105.746,08 (BRL 214) representado por 105.746.080 ações, emitindo 16.000 novas ações com valor nominal de US\$ 0,001 cada e com os mesmos direitos e obrigações que as ações existentes. A Companhia reconhece um ágio pela emissão das ações pelo valor em excesso do valor nominal (os custos da emissão de ações são contabilizados como uma dedução do patrimônio - BRL 44.501).

Em 19 de janeiro de 2018, realizou-se um Conselho de Administração e resolveu aumentar o capital social da Companhia dentro dos limites do capital autorizado em um montante de US\$ 876,23 (BRL 3), de modo a aumentá-lo de seu valor anterior de US\$ 105.746,08 (BRL 214) representado por 105.746.080 ações no valor de US\$ 106.622,31 (BRL 217) representado por 106.622.306 ações. A Companhia reconheceu o montante superior ao valor nominal das ações emitidas, em Ágio na emissão de ações. O valor do Ágio na emissão de ações correspondente ao aumento de capital de 19 de janeiro de 2018 e de BRL 19.819. Esta transação foi em conexão com a primeira aquisição do Stock Grant.

Tendo em vista a aquisição do Grupo pela Knight, conforme mencionado na Nota 1, Knight passou a ser a acionista controladora da Companhia.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Programa de recompra de ações

Em 25 de abril de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas, aprovou um Programa de Recompra de BDRs, e autorizou a Conselho de Administração a implementar nas seguintes condições:

Quantidade máxima de BDRs a serem adquiridas	até 1.522.208 BDRs
Consideração mínima e máxima no caso de aquisição por valor	valor mínimo de BRL 2 até o valor máximo de BRL 30

BDRs adquiridas no âmbito do Programa de Recompra serão mantidas em tesouraria, canceladas, ou, ainda, serão destinadas a quaisquer outros planos aprovados pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia.

O objetivo da Companhia com o Programa de Recompra é gerar valor para os acionistas, por meio de uma adequada administração da estrutura de capital da Companhia.

Seguindo a IAS 32, a Companhia reconheceu suas próprias ações (Ações em tesouraria) como conta redutora do patrimônio e nenhum lucro ou perda relativo a esses instrumentos é reconhecido na demonstração do resultado. Veja abaixo a data em 31 de dezembro de 2019.

Veja abaixo a data em 31 de dezembro de 2019	490.236
Quantidade de BDRs adquiridas	1.346.300. Os BDRs foram adquiridos a um preço médio de BRL 10,49 com preços que variam de BRL 14,30 a BRL 9,16 (total da contraprestação paga BRL 14.117)
Número de BDRs entregada aos funcionários para atender o segundo vesting do Stock Grant	856.064
Valor total apresentado como ações em tesouraria, deduzido do patrimônio líquido	BRL 4.676

As ações em tesouraria foram adquiridas por duas subsidiárias do Grupo (United Medical Ltda e Wisteny Trading S.A.).

Reserva legal

Em conformidade com a lei societária de Luxemburgo, a Companhia deve apropriar anualmente em uma reserva legal no mínimo 5% do lucro disponível (lucro líquido do exercício menos quaisquer prejuízos de exercícios anteriores). Essa apropriação deixa de ser obrigatória quando o saldo da reserva legal atinge 10% do capital emitido. A reserva legal não está disponível para distribuição aos acionistas, exceto no caso de liquidação da Companhia.

16. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

Durante o curso normal dos negócios, as empresas do Grupo estão sujeitas a contingências trabalhistas, fiscais e comerciais, entre outras, que podem dar origem a perdas potenciais e a sua concretização depende da ocorrência de um ou mais eventos futuros. Essas contingências incluem ações judiciais pendentes e atuais ou potenciais reclamações de terceiros sobre possíveis perdas de terceiros por conta das atividades realizadas, bem como reclamações de terceiros decorrentes de questões de interpretação legislativas ou regulatórias. Os passivos contingentes são avaliados e quantificados pela Administração do Grupo com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e dos seus consultores fiscais, conforme aplicável, e outras evidências então disponíveis, tais como cláusulas de ajuste aplicáveis, custos legais e outras despesas.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Além disso, o Grupo registra outras provisões para acumular adequadamente todos os passivos existentes a cada data de fechamento.

A tabela abaixo mostra as provisões do balanço patrimonial consolidado no fechamento de 2019 e 2018 acumulado no curso normal dos negócios, bem como as principais movimentações registradas durante os anos:

	2019			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões	146	58	(23)	181
Provisões de longo prazo				
Provisões para processos judiciais	3.170	1.157	(2.099)	2.228
Outras provisões	6.241	3.785	(8.133)	1.893
Provisões de curto prazo	9.411	4.942	(10.232)	4.121
Total	9.557	5.000	(10.255)	4.302

	2018			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões	302	196	(352)	146
Provisões de longo prazo	302	196	(352)	146
Provisões para processos judiciais	2.183	2.179	(1.192)	3.170
Outras provisões	19.581	6.390	(19.730)	6.241
Provisões de curto prazo	21.764	8.569	(20.922)	9.411
Total	22.066	8.765	(21.274)	9.557

17. RECEITA LIQUIDA

	2019	2018
Receita bruta de vendas de produto	803.567	886.317
Comissões de venda	2.909	824
Abatimentos	(23.276)	(36.873)
Impostos sobre as vendas	(40.103)	(29.307)
Receita líquida	743.097	820.961

18. CUSTO DE VENDAS E DESPESAS OPERACIONAIS

18.1 Custo dos produtos vendidos

	2019	2018
Estoque no início do exercício	182.490	140.187
Compras	397.488	410.870
Despesas de produção	31.557	30.242
Estoque no final de exercício	(213.874)	(182.490)
Total	397.661	398.809

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

18.2 Despesas operacionais

A seguir, um resumo de outras despesas operacionais para os exercícios fiscais de 2019 e 2018:

2019						
	Despesas de produção	Despesas de vendas e marketing	Despesas gerais e administrativas	P&D, médicas, regulatórias e de desenvolvimento de negócios	Despesas de reorganização, integração e aquisição (1)	Total
Salários e encargos sociais (2)	(19.333)	(57.348)	(38.512)	(20.262)	(12.063)	(147.518)
Impostos	(208)	(6.928)	(764)	(58)	(91)	(8.049)
Amortização de intangíveis	-	(19.929)	(660)	-	-	(20.589)
Depreciação do imobilizado	(3.303)	(305)	(6.562)	(256)	-	(10.426)
Depreciação de direito de uso	-	(1.524)	(6.494)	(225)	-	(8.243)
Taxas de serviços	(96)	(5.289)	(16.369)	(6.978)	(2.138)	(30.870)
Arrendamentos e aluguéis	(214)	(699)	(563)	(77)	(7)	(1.560)
Provisão para devedores duvidosos	-	(7.487)	-	-	-	(7.487)
Transporte e fretes	(3)	(13.791)	(5)	(1)	-	(13.800)
Propaganda e promoção	-	(26.544)	-	-	-	(26.544)
Outros	(8.400)	(3.224)	(14.106)	(5.770)	(5)	(31.505)
Total 2019	(31.557)	(143.068)	(84.035)	(33.627)	(14.304)	(306.591)

2018						
	Despesas de produção	Despesas de vendas e marketing	Despesas gerais e administrativas	P&D, médicas, regulatórias e de desenvolvimento de negócios	Despesas de reorganização, integração e aquisição (1)	Total
Salários e encargos sociais (2)	(18.388)	(58.614)	(53.288)	(22.006)	(7.285)	(159.581)
Impostos	(273)	(9.639)	(247)	(53)	(60)	(10.272)
Amortização de intangíveis	-	(18.545)	(659)	-	-	(19.204)
Depreciação do imobilizado	(2.275)	(284)	(5.994)	(93)	-	(8.646)
Taxas de serviços	(323)	(6.739)	(17.716)	(13.724)	(2.082)	(40.584)
Arrendamentos e aluguéis	(1.235)	(385)	(4.951)	(1.030)	-	(7.601)
Provisão para devedores duvidosos	-	2.750	-	-	-	2.750
Transporte e fretes	(29)	(13.330)	(152)	-	-	(13.511)
Propaganda e promoção	-	(22.649)	-	-	-	(22.649)
Outros	(7.719)	(3.760)	(15.491)	(4.505)	(1.912)	(33.387)
Total 2018	(30.242)	(131.195)	(98.498)	(41.411)	(11.339)	(312.685)

(1) Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, "Despesas de reorganização, integração e de aquisição" incluem:

	2019	2018
Reorganização corporativa	(14.137)	(8.746)
Custos das aquisições	-	(450)
Outros	(167)	(2.143)
Total	(14.304)	(11.339)

(2) Inclui 4.861 e 9.458 em "Despesas de reorganização, integração e de aquisição" relativas ao efeito do pagamento baseado em ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

18.3 Outras receitas e (despesas) líquidas operacionais

	2019	2018
Receitas relacionadas a não competir na Argentina	8.055	-
Vendas de ações	-	1.770
Outros	(229)	(461)
Total	7.826	1.309

18.4 Despesas de juros e outras (despesas) ganho financeiras líquidas

	2019	2018
Juros sobre empréstimos com o Citibank	(2.975)	(16.143)
Juros sobre empréstimos com o Itaú Unibanco	(11.847)	(12.577)
Juros sobre empréstimos com o Santander	(2.828)	-
Juros sobre os passivos de arrendamento	(2.357)	-
Impostos sobre transações financeiras	(1.138)	(1.914)
Contrato a termo de moneda (Non-deliverable forwards)	355	-
Outros	(5.739)	(519)
Total	(26.529)	(31.153)

18.5 Despesas cambiais líquidas

	2019	2018
Relacionadas a contas a receber e a pagar	(4.403)	(22.419)
Relacionadas a outros ativos e passivos	(1.915)	(5.254)
Total	(6.318)	(27.673)

19. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia aprovou um pagamento baseado em ações (Plano de Ações) durante o segundo trimestre do ano fiscal de 2017, pelo qual certas pessoas selecionadas pela Companhia recebem remuneração baseada em ações pelos serviços prestados, na qual empregados prestam serviços com liquidação de pagamento através de instrumentos patrimoniais. O objetivo do plano é oferecer essas pessoas a oportunidade de adquirir uma participação no sucesso da Companhia, ou aumentar esses juros através da aquisição de ações ordinárias da Companhia.

Esse custo é reconhecido como despesa, concomitantemente com um respectivo aumento do patrimônio ("Outras reservas de capital"), durante o período no qual o serviço é realizado (período de exercício das ações). As despesas acumuladas reconhecidas em as transações baseadas em ações a cada data de apresentação de relatórios financeiros e a data de exercício das ações reflete a totalidade da duração do período de exercício das ações e a melhor estimativa da Companhia quanto ao número de instrumentos patrimoniais que serão exercidos.

De acordo com o Plano de Ações, os beneficiários mencionados terão (i) direito a atribuição direta de ações ordinárias ou direito a compra de ações e/o (ii) opção de compra de ações ordinárias (*Stock Option plan*), em cada caso sujeitos às condições estabelecidas no plano de remuneração baseado em ações da Companhia.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

No entanto, em novembro de 2019, em razão da mudança de controle mencionada na Nota 1, o Grupo ofereceu aos beneficiários relacionados um pagamento em dinheiro em substituição ao plano de opção de compra de ações, assinando os contratos relacionados. Como a liquidação ocorreu durante o período de *vesting*, de acordo com a norma IFRS 2, o Grupo tratou o caso como uma aceleração do *vesting* e reconheceu imediatamente o valor que de outra forma seria reconhecido pelos serviços recebidos durante o restante do período de *vesting* da seguinte maneira: o valor da remuneração paga (i) até o valor justo do prêmio na data da liquidação foi contabilizado como dedução do patrimônio líquido no valor de BRL1,461 (como sendo equivalente ao resgate de um instrumento patrimonial) e (ii) acima do valor justo do prêmio na data da liquidação foi contabilizado como despesa no resultado no montante de BRL 1,094.

A despesa (ganho) reconhecida pelos serviços de empregados recebidos durante o período e apresentada em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração consolidada do resultado está apresentada na tabela a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Stock Grant	2.249	10.068
Stock Option plan	<u>2.612</u>	<u>(610)</u>
Total	<u><u>4.861</u></u>	<u><u>9.458</u></u>

20. IMPOSTO DE RENDA

Os principais componentes de despesas de imposto de renda dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa de imposto de renda corrente	(19.668)	(23.744)
Receita (Despesa) de imposto de renda diferido	<u>(13.928)</u>	<u>(7.797)</u>
Despesas líquidas de imposto de renda registradas na demonstração de resultado	<u><u>(33.596)</u></u>	<u><u>(31.541)</u></u>

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Reconciliação das despesas com impostos e lucro contábil multiplicado pela taxa média ponderada do Grupo para 2019 e 2018:

	2019	2018
Lucro contábil antes do imposto de renda	35.198	95.003
Diferenças permanentes		
- Despesas de juros e outras despesas financeiras não dedutível	-	976
- Lucro não tributável	(50.577)	(28.427)
- Outras diferenças permanentes	32.202	5.340
- Efeito da contabilidade da hiperinflação	28.466	29.043
Subtotal	45.289	101.935
Taxa média ponderada de impostos	27%	31%
Subtotal	(12.182)	(31.570)
Provisão para perdas (1)	(21.021)	-
Efeito da alteração na taxa de imposto de renda	-	29
Ajustes a título de imposto de renda corrente (diferido) de anos anteriores	(421)	-
Diferenças na conversão do câmbio	28	-
Despesas de imposto de renda registradas na demonstração de resultado	(33.596)	(31.541)

(1) O Grupo registrou uma redução no valor recuperável dos prejuízos fiscais registrados no Brasil com base no lucro tributável esperado para os próximos anos.

Impostos diferidos se relacionam ao seguinte:

	2019	2018
Contas a receber	11.380	8.700
Estoques	3.130	7.080
Ativos Imobilizado e ativos intangíveis	(89.967)	(67.379)
Provisões e contingências	1.774	4.645
Outros	351	19.427
Prejuízos fiscais	51.688	-
Subtotal	(21.644)	(27.527)
Provisão para perdas	(21.021)	-
Passivo fiscal diferido líquido	(42.665)	(27.527)
Impostos diferidos ativos	19.098	17.481
Impostos diferidos passivos	(61.763)	(45.008)

Os ativos por imposto diferido correspondem, principalmente, às diferenças temporárias das controladas Laboratorio LKM S.A. (Argentina), Biotoscana Farma S.A. (Argentina), Biotoscana Farma S.A. (Colômbia) e United Medical Ltda (Brasil). O Grupo concluiu que, após a redução no valor recuperável registrado durante o exercício fiscal atual eles são recuperáveis antes da sua prescrição com base nos planos de negócios aprovados para cada subsidiária. Exceto no Brasil, onde não há prazo de prescrição, o prazo de prescrição nos demais países em que o Grupo opera, não excede cinco anos.

BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores em milhares de Reais - BRL - exceto dados de ações e quando indicado em contrário - Veja Nota 2.1.)

Reconciliação dos impostos diferidos (passivos) ativos líquidos:

	2019	2018
Passivo fiscal diferido líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017	(27.527)	(11.839)
Receitas/despesas fiscais reconhecidas durante o período no resultado	7.146	(7.797)
Provisão para perdas	(21.021)	-
Efeito da alteração na taxa de imposto de renda	-	29
Diferenças na conversão do câmbio	(1.263)	(7.123)
Outros	-	(797)
Ativo (Passivo) fiscal diferido líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018	(42.665)	(27.527)

21. PARTES RELACIONADAS

A Nota 1 fornece informações sobre a estrutura do Grupo, incluindo detalhes sobre subsidiárias e a empresa de holding.

Transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em uma base equitativa.

Além disso, a Gerência Sênior recebe remuneração conforme determinado pelo Conselho de Administração. Em 2019 e 2018, a remuneração total do nosso Conselho de Administração e Gerência Sênior foi de BRL 18.988 e BRL 22.980, respectivamente.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES - COVID-19

Com o recente e rápido desenvolvimento do surto de COVID-19, alguns países onde o Grupo possui operações significativas exigiram que as entidades limitassem ou suspendessem as operações comerciais e implementaram restrições de viagem e medidas de quarentena. O Grupo está trabalhando no planejamento de contingência para fornecimento contínuo e, neste estágio, não prevê escassez de estoques no curto prazo.

No entanto, ao longo do tempo, o surto pode ter um impacto negativo nas atividades do Grupo, inclusive em receitas, fornecimento de estoques e matérias-primas e rentabilidade, mas também na recuperação dos recebíveis e na necessidade de redução do valor recuperável dos seus ativos de longa duração.

Até a data destas demonstrações financeiras, o surto não teve um impacto material nos resultados do Grupo.

À medida que o surto continua progredindo e evoluindo, é incerto neste momento prever a extensão do impacto potencial nos resultados financeiros e operacionais do Grupo que não pode ser estimado razoavelmente, mas o impacto pode ser material.

Índice

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	1
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	4
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	5

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor Independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas da Biotoscana Investments S.A.

2-4, rue Beck
L-1222 Luxemburgo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Biotoscana Investments S.A. e suas controladas (o Grupo) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas representam uma visão verdadeira e justa da posição patrimonial e financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com a Lei que rege o ofício do auditor, de 23 de julho de 2016 ("Lei de 23 de julho de 2016") e com as normas internacionais de auditoria (ISAs), adotadas em Luxemburgo pela Commission de Surveillance du Secteur Financier (CSSF). Nossas responsabilidades, em conformidade com a Lei e as normas referidas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do 'Réviseur d'Entreprises Agréé'" pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" de nosso relatório. Também somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (Código IESBA), adotado em Luxemburgo pelo CSSF, juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses princípios. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, nossa descrição de como nossa auditoria abordou o referido assunto é apresentada nesse contexto.

Teste de redução ao valor recuperável do ágio:

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo registrou R\$ 435 milhões como ágio em decorrência das aquisições da United Medical, Latin America Pharma Company e Laboratório DOSA, efetuadas em junho de 2014, dezembro de 2015 e novembro 2017, respectivamente. De acordo com as IFRS, o Grupo realizou um teste de redução ao valor recuperável por unidade geradora de caixa para avaliar se o ágio poderia sofrer perdas. As premissas e os resultados dos testes realizados pelo Grupo estão divulgados na Nota explicativa 6 das demonstrações financeiras consolidadas. Devido à complexidade do processo que envolve julgamento da Administração para fundamentar as principais premissas adotadas e estimativas de fluxos de caixa futuros, bem como o valor contábil significativo do ágio, que representa 35% do total de ativos no balanço patrimonial consolidado, os testes de redução ao valor recuperável do ágio são identificados como um dos principais assuntos de auditoria para os exames de auditoria referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Nossos procedimentos sobre o teste de recuperabilidade de ágio preparado pela administração incluíram, mas não se limitaram a:

O envolvimento de nossos especialistas em avaliação para avaliar as premissas e métodos utilizados pelo Grupo na realização de seu teste de redução ao valor recuperável de ágio, incluindo a taxa de desconto por unidade geradora de caixa, e para avaliar o modelo utilizado no cálculo dos fluxos de caixa futuros.

Desafiar as expectativas e as premissas utilizadas pelo Grupo durante o horizonte de projeção, como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas e o nível necessário de CAPEX e capital de giro, entre outras premissas fundamentais.

Comparamos as referidas premissas com informações históricas do Grupo e dados obtidos externamente, como as projeções de crescimento econômico, a inflação de custos e as taxas de desconto.

Também avaliamos das divulgações em relação ao ágio e ao teste de "impairment", conforme estabelecido na Nota explicativa 6 das demonstrações financeiras consolidadas.

Contabilização da Hiperinflação (aplicação da IAS 29 "Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias"):

Conforme divulgado na Nota 2. 1.1, a economia argentina passou a ser considerada hiperinflacionária, conforme os critérios estabelecidos pela IAS 29 "Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias"

("IAS 29"). Esta norma exige que a entidade ou componentes da informação financeira, cuja moeda funcional seja a de uma economia considerada hiperinflacionária, sejam reapresentados em termos de unidade de mensuração em vigor na data de divulgação, utilizando um índice geral de preços que reflita mudanças no poder de compra geral. O impacto da aplicação da IAS 29 é um principal assunto de auditoria para a auditoria de 31 de dezembro de 2019, considerando-se o esforço necessário para a aplicação desta norma e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo descritos na referida Nota 2.1.1.

Realizamos procedimentos de auditoria no cálculo efetuado pela Companhia sobre a aplicação da IAS 29 que incluíram, mas não se limitaram a:

este da segregação das rubricas do balanço patrimonial em itens monetários e não monetários. Recálculo do vencimento das rubricas do resultado e do balanço patrimonial que necessitem de reapresentação.

Avaliação da seleção dos índices utilizados na reapresentação.

Teste da reapresentação de contas relevantes, inclusive do imposto de renda diferido passivo reconhecido em decorrência da reapresentação.

Teste por meio de recálculo de ganhos ou perdas sobre a posição monetária líquida reconhecida na demonstração de resultado consolidada.

Avaliação do método de conversão utilizado para as informações financeiras reapresentadas das controladas Argentinas no contexto da hiperinflação.

Envolvemos os nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação das premissas e métodos utilizados pelo Grupo para o teste de recuperabilidade dos valores reapresentados de imobilizado e ágio da Argentina.

Também avaliamos das divulgações em relação à decorrência da aplicação desta norma, conforme estabelecido na Nota explicativa 2.1.1 das demonstrações financeiras consolidadas.

Outras informações

A Administração é responsável pelas "outras informações". Outras informações consistem nas informações incluídas no Relatório da Administração Consolidado, mas não compreendem as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do Réviseur d'Entreprises Agréé sobre o mesmo.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange as outras informações e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a comunicar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do "Réviseur d'Entreprises Agréé" pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Os objetivos de nossa auditoria são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de Réviseur d'Entreprises Agréé contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com a Lei de 23 de julho de 2016 e as normas internacionais de auditoria (ISAs), adotadas em Luxemburgo pela CSSF sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com a Lei de 23 de julho de 2016 e com as normas internacionais de auditoria (ISAs), adotadas em Luxemburgo pela CSSF, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas. independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro. já que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais o ato de burlar os controles internos.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de Réviseur d'Entreprises Agréé para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

omunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossa auditoria.

ornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulatórios

O relatório da administração consolidado é consistente com as demonstrações financeiras consolidadas e foi elaborado de acordo com os requisitos legais aplicáveis.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Biotoscana Investments S.A., sociedade estrangeira, constituída de acordo com as leis do Grão Ducado de Luxemburgo, com sede em 24, rue Beck, L 1222, Luxemburgo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 19.688.956/0001-56 ("Companhia"), declaram, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Biotoscana Investments S.A., sociedade estrangeira, constituída de acordo com as leis do Grão Ducado de Luxemburgo, com sede em 24, rue Beck, L 1222, Luxemburgo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 19.688.956/0001-56 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos

V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviram,

discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.